

# CURSO LIVRE

## Estado e Sociedade

**Curso realizado em 2006/2007/2008 para  
STPMJ, SINDSAAE e outros camaradas no  
espaço do SINDSAAE e Sindicato dos  
Químicos do Vale do Paraíba**

## Índice

1. O porquê do curso.....	4
2. Definição de Estado.....	5
3. O Filme <i>Notícias de uma guerra particular</i> .....	6
4. O Estado: a quem serve.....	8
4.1. O caráter de classe do Estado.....	8
4.2. Formas de propriedade na história .....	9
4.3. A formação da burguesia.....	10
4.4. O Estado para Marx.....	11
4.5. O Estado para Engels.....	12
4.6. O Estado para Lênin.....	12
4.7. O Estado para Gramsci.....	13
4.8. O Estado para Poulantzas.....	13
4.9. O Estado para Miliband.....	14
5. O papel da ideologia burguesa.....	15
6. A mídia.....	15
7. A escola.....	24
8. A ciência.....	26
9. Os movimentos populares e o Estado.....	32
10. A Revolução Socialista e o fim do Estado.....	37
11. O Filme <i>Venezuela Bolivariana</i> .....	38
12. Bibliografia.....	39
13. Anexos.....	40

“No Brasil, os 10% mais ricos da população são donos de 46% do total da renda nacional, enquanto os 50% mais pobres – ou seja, 87 milhões de pessoas – ficam com apenas 13,3%. Somos 14,6 milhões de analfabetos, e pelo menos 30 milhões de analfabetos funcionais. Da população de 7 a 14 anos que frequenta a escola, menos de 70% concluem o ensino fundamental. Na faixa de 18 a 25 anos, apenas 22% terminam o ensino médio. Os negros são 47,3% da população brasileira, mas correspondem a 66% do total de pobres. O rendimento das mulheres é 60% do rendimento dos homens no mesmo posto de trabalho.”

*Marco Aurélio Weissheimer, jornalista.*

“O panorama mundial, hoje, não merece comemorações, exceto para os 20% da população mundial que, no hemisfério Norte, absorvem 80% da produção industrial do planeta. Segundo o Banco Mundial, dos 6 bilhões de habitantes, 2,8 bilhões sobrevivem com renda mensal inferior a US\$ 60, e 1,2 bilhão com menos de US\$ 30. Mais de 1,5 bilhão de pessoas não têm acesso a água potável. Cerca de 125 milhões de crianças em idade escolar não frequentam escolas.

Na ponta de cima, apenas quatro cidadãos norte-americanos – Bill Gates, Paul Allen, Warren Buffett e Larry Ellison – possuem, juntos, fortuna equivalente ao PIB de 42 nações pobres com uma população de 600 milhões de habitantes. E 447 biliardários têm renda equivalente à da metade da população mundial. Apenas 200 empresas transnacionais controlam 28% da riqueza mundial. Enfim, privatiza-se a riqueza e globaliza-se a miséria.

Não há um só país monitorado pelo FMI que tenha ao menos alcançado os índices sociais de Cuba. Soa irônico ouvir falar que se recorre ao FMI para salvar o país da crise, sobretudo na América Latina, cuja crise é crônica e não dá o menor sinal de superação enquanto perdurarem essas estruturas que promovem a desigualdade social.”

*Frei Betto, frei dominicano.*

## O Porquê do curso

As Universidades Públicas brasileiras teriam que atuar em três frentes: ensino, pesquisa e extensão. **Ensino** é o que sabemos: as aulas, a troca de saberes que visa ampliar o conhecimento de alunos e professores. A **pesquisa** visa a produção de novos conhecimentos, e envolve rigorosidade metodológica, com investigação minuciosa e incentivos financeiros. A **extensão** seria a ponte entre a universidade e a sociedade; a atuação de professores, funcionários e alunos das universidades públicas na sociedade.

Apenas ensino e pesquisa recebem respaldo das universidades públicas. A extensão praticamente não existe. O que existe é a extensão paga: cursos voltados para o mercado, dentro da lógica empresarial. A extensão não chega à maioria da população. Isso já demonstra claramente a quem servem as instituições do Estado.

O curso *Estado e Sociedade* nasceu dentro de uma proposta de mudança no caráter da **extensão** na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), o *Curso Livre de Ciências Humanas*. O *Curso Livre* é um projeto de extensão livre e gratuito que propõe e visa um diálogo real com a comunidade externa. Quer expandir a produção de conhecimento para além dos muros da universidade – levando-o às ruas. O *Curso Livre* também quer trazer para a universidade pessoas sem vínculos formais com a instituição, de forma que participem das atividades que acontecem nela e ocupem um espaço público, que é de todos.

O curso *Estado e Sociedade* é um curso político e militante. Não se propõe um curso doutrinador, que vai trazer verdades absolutas. Não se propõe trazer o conhecimento a quem não tem. Propõe-se, sim, a fazer uma troca. Trocar saberes. Mostrar uma outra visão, diferente das visões que a maioria de jornais, revistas e escolas ditam como se fossem verdades incontestáveis. E também propõe a luta. Porque necessitamos de prática para a teoria e teoria para a prática.

Este material foi escrito para ser entregue após o curso. Não é um material acabado, está em constante construção. Novas informações adquiridas serão passadas às pessoas que participaram do curso. \*\*\*\*\*

## Dicionário

Se procurarmos a palavra *Estado* no dicionário ela virá com várias definições. A que está em negrito é a que utilizamos neste curso.

---

### **Estado**

datação: sXIII cf. FichIVPM

#### Acepções

■ substantivo masculino

**1** o conjunto de qualidades ou características com que as coisas se apresentam ou o conjunto de condições em que se encontram em determinado momento

Ex.: construção em e. de deterioração

**2** condição física de uma pessoa ou animal, ou de alguma parte de seu corpo

Ex.: <e. de coma> <o coração do doente está em bom e.>

**2.1** condição emocional, psicológica ou moral de um indivíduo em dado momento, que influencia seu modo de encarar as situações, os acontecimentos etc.

Ex.: <e. de espírito> <encontrou-a em e. de choque>

**3** situação social ou profissional de um indivíduo

Ex.: <e. monástico> <pessoa de baixo e.>

**3.1** antiga classificação política e social na França

Ex.: a noção de classe substituiu a dos três e.: clero, nobreza e povo

**4** país soberano, com estrutura própria e politicamente organizado

Obs.: inicial maiúsc.

Ex.: o E. brasileiro

### **5 o conjunto das instituições (governo, forças armadas, funcionalismo público etc.) que controlam e administram uma nação**

**Obs.: inicial maiúsc. Ex.: a máquina política do Estado**

**6** forma de governo, regime político

Ex.: e. totalitário

**7** divisão territorial de determinados países

Ex.: o e. de Sergipe

**8** luxo, pompa, fausto

Ex.: viviam em grande e. na época das vacas gordas

**9** rol, inventário

Ex.: e. dos imóveis de uma pessoa

**10** Rubrica: física.

a condição em que se encontra um sistema, caracterizada pelo conjunto de todas as suas propriedades físicas

**11** Rubrica: física.

em um sistema atômico ou subatômico, valor correspondente a uma de suas propriedades observáveis

**12** Rubrica: música.

classificação de um acorde a partir da nota que ocupa o baixo

**13** Diacronismo: antigo.

situação daquilo que se encontra estacionário; parada

**14** Diacronismo: antigo.

ofício de defuntos

**15** Diacronismo: antigo.

altura média de um homem

## **O Filme: NOTÍCIAS DE UMA GUERRA PARTICULAR (1999)**

**Diretor: João Moreira Salles e Kátia Lund**

**57 minutos**

Kátia Lund e João Moreira Salles retratam o cotidiano dos moradores e traficantes do morro da Dona Marta, no Rio de Janeiro.

O filme é resultado de dois anos de entrevistas (entre 1997 e 1998) com personagens que estão de alguma forma envolvidos ou vêm de perto a rotina do tráfico. O documentário contrapõe a todo o momento as falas de traficantes, dos policiais e dos moradores.

O documentário é passado no curso com objetivo de mostrar o caráter não-neutro do Estado. A fala do chefe de polícia do estado do Rio de Janeiro Hélio Luz deixa claro o caráter burguês do Estado. Hélio disse no documentário que a polícia serve para fazer segurança do Estado, da elite. Para manter a favela sob controle. A sociedade é injusta e a polícia garante a sociedade injusta, diz Hélio. Na África do Sul usa-se arame para separar ricos de pobres. No Brasil a coisa é mais fina, sutil. No Brasil é sem arame.

O filme mostra outras aberrações da sociedade capitalista:

As armas utilizadas nos morros cariocas – e em todas as periferias do Brasil e do mundo – são fabricadas, em sua maioria, nos Estados Unidos e na Suíça por grandes indústrias. Quando se fala de violência, poucos contestam a maneira como as armas chegam no Brasil. A violência não é algo dado, que está aí e pronto. Ela é fruto de uma sociedade injusta. E está intimamente ligada aos lucros dos fabricantes de armas.

Percebe-se com o documentário que quem lucra milhões com o tráfico não são os traficantes do morro. São pessoas da alta-sociedade, que lavam dinheiro em redes de restaurante, bingos etc e que possuem conchavos com políticos, juízes, delegados e promotores.

Outra aberração é a função do policial na sociedade capitalista. Policiais são trabalhadores, com salários reduzidos, mas que defendem os ricos, acham que estão fazendo um bem para sociedade ao reprimir os pobres em favor da propriedade dos ricos. A guerra “morador contra policial” e “traficante contra policial” é a guerra “trabalhador contra trabalhador”. Enquanto os pobres morrem, os ricos lucram.

Algumas questões podem ser feitas ao assistir o filme: O tráfico substitui o Estado? O tráfico tem função política? Organizações como Comando Vermelho e Primeiro Comando da Capital têm função social ou política? No Estado capitalista é possível mudar a realidade das periferias e dos trabalhadores?

No debate realizado, vários problemas que estão nos textos a seguir foram abordados.

## **O Estado: a quem serve?**

Este curso centra suas discussões na crítica da aparente neutralidade das ações do Estado. Há diferentes interpretações de Estado e de seu caráter e, neste curso, em nenhum momento nos furtamos de ter uma posição. Acreditamos que vivemos em uma sociedade com **duas classes fundamentais**: a dos **burgueses** (grandes proprietários, grandes industriais, donos de bancos, latifundiários etc, **exploradores**) e a dos **trabalhadores** (pessoas que só podem ganhar a vida vendendo sua força de trabalho; pessoas empregadas ou não, **exploradas**). Há também as camadas médias: pequenos empresários, pequenos proprietários de terras, técnicos (engenheiros, médicos etc), mas esses acabam servindo a classe hegemônica – salvo raras exceções. O Estado também tem um caráter de classe. Serve a burguesia.

Vários autores escreveram teses sobre o Estado. Vários deles foram citados durante o curso. O principal foi Karl Marx. Também falamos de outros autores que seguem a linha de interpretação de Marx: Engels, Lênin, Gramsci, Poulantzas e Miliband.

O texto a seguir apresentará as características gerais da teoria marxista de Estado.

### **I – O caráter de classes do Estado**

A principal característica do Estado, para os marxistas, é o seu caráter de classes. Isso é, o Estado representa o antagonismo inconciliável de classes. O Estado existe para legitimar a dominação de uma classe (a classe que detém o poder econômico) em relação à outra (no caso do Estado capitalista, a classe trabalhadora). A existência do Estado é a maior prova de que existem esses interesses em conflito. É a maior prova de que a sociedade se vê, sim, dividida em classes diferentes. É a maior prova de que é necessário um aparato para legitimar a dominação dos poucos que detém o poder econômico sobre a grande massa da população desprovida dos mesmos recursos.

No decorrer da história houve diversas formas de propriedade. O capitalismo surgiu do desenvolvimento de outras formas de propriedade, como vimos no curso. O Estado, em



todas essas formas, serviu para legitimar a dominação de uma classe sobre outra. A dominação da classe mais poderosa economicamente em relação à menos poderosa economicamente.

## II – Formas de propriedade

Existiram diversas formas de propriedade na história. Vimos durante o curso um resumo de algumas delas. Abaixo apresentaremos este resumo.

A primeira forma de propriedade foi a **propriedade tribal**. Ela corresponde à fase não desenvolvida de produção. O povo se alimenta da caça, pesca, criação do gado e, no máximo, da agricultura. A divisão do trabalho é pouco desenvolvida. Há os chefes da tribo, abaixo deles os membros da tribo, e, abaixo dos membros, os escravos. Com o crescimento da população aumentaram as trocas e a escravidão

A segunda forma de propriedade foi a **propriedade comunal** e estatal da Antiguidade. Corresponde à reunião de muitas tribos. Formam-se as cidades. A escravidão ainda persiste. Existe a propriedade comunal (propriedade privada coletiva), mas também a propriedade móvel (ferramentas, roupas, móveis etc). A propriedade imóvel (terras, casas) começa a se desenvolver nesse período.

Com o desenvolvimento da propriedade privada começam a surgir as relações de exploração que encontramos hoje.

A terceira forma de propriedade foi a **propriedade feudal**. É um tipo de produção que tem força no campo. Não são mais os escravos que produzem, mas camponeses servos do senhor feudal. Nesse período há também o trabalho artesanal (que caminha junto com a propriedade territorial). Há também divisão do trabalho. No campo há o príncipe, os nobres, o clero (padres, bispos etc) e o campesinato (trabalhadores do campo, a principal classe produtora). Na cidade há mestres, oficiais e aprendizes, ligados à produção manufatureira. Na cidade há também trabalhadores assalariados ocasionais.

Nessas formas de propriedade os laços de parentesco e as linhagens de sangue são fundamentais para diferenciar os ricos (proprietários) dos pobres (camponeses, não-proprietários).

### III – A formação da burguesia\*

No sistema feudal, pequenos produtores e vendedores começaram a desenvolver suas atividades. Surgiram inovações tecnológicas que possibilitavam acelerar a produção. O dinheiro também passou a ganhar força. A partir do século XV, os burgueses da cidade se tornavam mais indispensáveis à sociedade que a nobreza feudal.

Os camponeses passaram a ser expulsos das terras dos senhores feudais. Os senhores feudais arrendavam essas terras, para aumentar suas rendas. Os camponeses iam para as cidades. Viviam como mendigos, mas muitos foram incorporados nas indústrias que surgiam. De camponeses livres passaram a ser explorados como operários assalariados (século XVIII).

Os camponeses livres isolados demonstravam que o essencial na agricultura não era a ociosidade do nobre, mas o trabalho do camponês. As cidades se formavam e se desenvolviam. As cidades tornaram-se indispensáveis mesmo para a nobreza – que necessitava de armas e bens que só lá encontrava.

A nobreza se tornava cada vez mais desnecessária. Os burgueses das cidades se tornavam a classe que personificava a progressão da produção e do comércio, da cultura e das instituições políticas e sociais. O dinheiro era uma arma poderosa da burguesia contra o feudalismo. Para o feudalismo o dinheiro era supérfluo: servia apenas para pagar impostos e era essencialmente obtido através da pilhagem. Com ele, a relação burguesa substituía a feudal: a nobreza passava a emprestá-lo do agiota burguês e até mesmo no campo estava presente como forma de pagamento. Só em zonas atrasadas ainda permanecia o caráter feudal de produção. A indignação do povo contra as guerras promovidas pelos senhores feudais para aquisição de terras contribuía ainda mais para a decadência do sistema feudal. A classe principal passou a ser a burguesa.

No lugar do antigo direito das ordens feudais instalou-se o código civil. Não eram mais as relações de parentesco e linhagem de sangue que importavam. A novas leis serviam para garantir a propriedade privada.

Iniciava-se a delimitação de territórios e línguas: as relações sociais passavam às relações de Estado. Surge a corporação dos juristas como respaldo aos burgueses;

---

\* Baseado no texto de Fiedrich Engels *A formação da Burguesia* e na introdução do livro de Edgard Malagodi *O que é materialismo dialético*.

inspiravam-se no direito romano – um direito baseado nos conflitos onde há propriedade privada.

Instalou-se o sistema republicano. Neste sistema há distinção dos três poderes – Judiciário, Legislativo e Executivo. Criaram-se formas de garantir o controle político da sociedade, através dos partidos políticos, do Parlamento, do Exército e da burocracia.

Com o desenvolvimento das indústrias e da divisão do trabalho os operários das fábricas passaram a sofrer as mesmas privações dos camponeses. Ganhou força, portanto, uma nova forma de propriedade, a **propriedade capitalista**, ou burguesa, que encontramos nos dias de hoje.

Apesar da **revolução burguesa** (surgimento do capitalismo), as outras formas de propriedades citadas ainda existem no Brasil e no mundo.

Veremos a seguir, análises sobre o estado dos autores citados durante o curso.

#### **IV – O Estado para Marx**

Karl Marx (1818-1883), alemão, militante e teórico, escreveu várias análises sobre o Estado durante sua vida. Em sua juventude, colocava que a sociedade e o Estado eram coisas separadas. O Estado, que buscava o interesse geral das pessoas, na verdade só defendia seus interesses. O jovem Marx, portanto, acreditava que o Estado não servia nem os ricos nem os pobres, servia apenas ele próprio, oprimindo a sociedade. Percebe-se que o jovem Marx falava em sociedade como algo homogêneo, não existindo duas classes antagônicas.

Nos textos de maturidade de Marx, há uma nova posição sobre o Estado. O Estado serve aos interesses das classes exploradoras. Serve para manter a ordem social, manter as coisas como estão. Para poder manter a exploração do trabalho. Para poder manter a propriedade privada das empresas, bancos, máquinas e terras. O Estado oprime as classes exploradas para favorecer as classes dominantes. Apesar de todas as pessoas (ricas ou pobres) poderem prestar concursos públicos para serem funcionários do Estado, o Estado defende a classe exploradora. Os funcionários do Estado até possuem alguma autonomia, mas ela é relativa. Não se pode contestar a ordem social.

## **V – O Estado para Engels**

O Estado para o alemão Engels (1820-1895), assim como para Marx, é exclusivamente da classe dominante. Serve para manter a “ordem social”, a exploração. O Estado usa da repressão para manter os donos dos meios de produção (fábricas, máquinas, ferramentas, terras etc) explorando os trabalhadores. A burocracia estatal (funcionários do Estado, bens do Estado etc) serve para reprimir as classes exploradas quando estas ameaçam os interesses dos exploradores. Um exemplo que podemos observar desta idéia de Engels nos dias de hoje é como a polícia age para reprimir manifestações de sindicalistas e movimentos populares. Para Engels, em todos os Estados durante a história, quem mais tem posses, mais têm direitos. O Estado é, portanto, um organismo para a proteção dos que possuem contra os que não possuem.

## **VI – O Estado para Lênin**

Lênin (1870-1924), russo, militante e teórico, também possui uma visão marxista do Estado. Há conflitos inconciliáveis entre as classes sociais. O Estado surge por causa desses conflitos. O Estado serve para repressão e dominação da classe dominante. O Estado burguês serve aos proprietários dos meios de produção. Não atende, portanto, aos interesses dos trabalhadores.

Para Lênin, não é viável a via pacífica para transformar a sociedade. Só uma revolução superaria o Estado burguês. Esta revolução teria como principal agente a classe trabalhadora. A revolução manteria o Estado, mas caminharia para o fim dele. Continuaría havendo repressão. Mas essa repressão seria a favor dos trabalhadores e contra uma ofensiva burguesa.

Lênin era uma liderança comunista e formulou sua teoria no calor de um processo revolucionário lento e sangrento que levaram os comunistas ao poder na Rússia em 1917.

## **VII – O Estado para Gramsci**

Gramsci (1891-1937), italiano, fundador do Partido Comunista da Itália, possuía uma visão marxista diferente de Lênin sobre o Estado. Para Gramsci, não só a burocracia estatal – que possui o aparelho repressivo (polícia, exército etc) – possui força dentro do Estado. A sociedade civil também tem força e forma o Estado. Para ele é preciso conquistar espaços na sociedade civil. Não adianta apenas conquistar o aparelho do Estado, é necessário conquistar as mentes das pessoas para fazer uma revolução.

As análises de Gramsci foram feitas numa realidade diferente da de Lênin. A realidade da Itália do início do século era diferente da Rússia. Os momentos históricos que vivem os autores influenciam suas teorias.

## **VIII – O Estado para Poulantzas**

Nicos Poulantzas (1936-1979), filósofo e sociólogo grego, também escreveu sobre o Estado. Para Poulantzas, o Estado tem por objetivo:

a) organizar a dominação burguesa, isso é, organizar os interesses capitalistas que estão fragmentados no mercado, organizando-o enquanto classe;

b) desorganizar os interesses dos trabalhadores, desarticulando-os enquanto classe e fazendo-os se enxergarem como competidores em potencial de melhores oportunidades no mercado, isolando-os uns dos outros para não perceberem as mesmas condições de exploração a que estão subordinados e que os une;

c) fazer com que todas as pessoas se sintam ligadas entre si como membros de uma mesma nação, disseminando que todos são iguais perante o Estado, ocultando seu caráter classista.

#### **IV – O Estado para Milliband**

Outro teórico do Estado foi Ralph Milliband (1924-1994).

A teoria de Miliband:

a) contesta a neutralidade dos funcionários estatais. Denuncia o aparente caráter técnico de suas determinações. Considera que as decisões tomadas pelos funcionários do Estado não estão desprovidas de suas tendências ideológicas. Esses funcionários estatais têm uma base de manobra e poder político. Eles podem mudar rumos de decisões e influenciar membros tanto da classe burguesa como da classe operária. A classe burguesa é sempre privilegiada por possuir mais recursos materiais que a segunda.

b) ressalta o papel da elite estatal na fixação das políticas e ações do Estado. Esta elite seria composta pelas pessoas em posição de comando no governo, no aparato administrativo, no exército e no judiciário;

c) a classe capitalista não precisaria estar no governo, pois estaria bem representada em outras partes do sistema estatal. A existência da elite estatal explicaria o caráter de classe do Estado.

---

## **O papel da ideologia burguesa**

A ideologia age sobre toda a sociedade civil de forma a homogeneizar e disseminar um padrão específico de vida: o **padrão burguês**. A ideologia é um fator que permite, por exemplo, que um Estado seja governado por um partido dito de esquerda (como o PT), sem que isso apresente risco para a classe dominante e para o sistema capitalista. Os trabalhadores, enganados pela ideologia dominante, almejam ser burgueses.

O capitalismo é incentivado pelo consumo. O Estado burguês é tido como justo por igualar todos perante a justiça e oferecer oportunidades iguais para todo mundo. A ideologia chega para a sociedade em diversas formas: através da mídia, da escola, dos órgãos de produção científica, entre outras formas.

### **A Mídia**

Os grandes jornais, rádios e redes de TV servem claramente à burguesia de seus países. Percebemos claramente isso no Brasil atualmente. Globo, SBT, Record, Folha de São Paulo, Estadão, revista Veja, ISTOÉ são alguns exemplos de veículos que sempre condenam manifestações populares colocando-se a favor da ordem burguesa. Discutimos isso no decorrer do curso mostrando o papel da mídia ao condenar movimentos sociais como MST, e como a mídia da Venezuela atuou em favor do golpe contra Hugo Chávez.

A seguir mostraremos um editorial da Folha de São Paulo que se diz neutro, mas que apóia claramente a criação da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas). A ALCA, como sabemos, serve aos interesses dos Estados Unidos contra os interesses da maioria da população brasileira.

---

### **HORA DE DESPERTAR**

Está em ruínas o projeto regional, centrado na Comunidade Sul-Americana de Nações (Casa), que foi a vedete da diplomacia de Luiz Inácio Lula da Silva para o subcontinente. O episódio Evo Morales, que inevitavelmente deixará seqüelas no relacionamento de Brasil e

Bolívia, é apenas o ruído mais recente a contribuir para a cacofonia política vigente neste canto do planeta.

Lula, passada a fase ingênua da "liderança natural" brasileira na América do Sul, agora mais parece um apagado coadjuvante de Hugo Chávez. Mas a liderança do venezuelano é divisora; para cada amigo que faz, brota um inimigo. Acaba de retirar seu embaixador do Peru. Desta feita o mentor do "bolivarianismo" entrou em atrito ruidoso com o presidente peruano, Alejandro Toledo, e o candidato a sucedê-lo, Alan García.

Chávez divide a Comunidade Andina, promove o Grande Gasoduto do Sul e o papel do venezuelano como incentivador da nacionalização assinada por Morales, contra o interesse brasileiro, está por ser contado.

Não cabe ao chefe de Estado brasileiro emprestar credibilidade a tais encenações diplomáticas. O país mais populoso e industrializado da América do Sul não pode se dar ao luxo de - acalantado pelo "flash-back" terceiro-mundista que assombra o Itamaraty - perder de vista as suas prioridades regionais.

O Mercosul está em frangalhos. Não bastasse o status especial dos argentinos para romper princípios do bloco, Washington, pragmática, agora oferece vantagens comerciais que estão arrancando o Uruguai e o Paraguai do projeto, enquanto Lula sonha com o encontro místico de Bolívar e JK. O Brasil é incapaz de encaminhar a resolução de um problema de fronteira entre Argentina e Uruguai sobre a instalação de fábricas de celulose. O Itamaraty não responde ao interesse crescente de empresários brasileiros de abrir mercado em nações desenvolvidas.

Passa da hora de Brasília despertar. Fará bem o Itamaraty se retomar a sua melhor tradição de pragmatismo, incentivando a sobreposição entre os interesses comerciais das empresas do país e as posições da política externa. Cumpre voltar ao básico no Mercosul: reconstruir as pontes dinamitadas do livre comércio no bloco e deixar de lado o projeto de união aduaneira (em que o grupo se comporta como uma só nação a fim de negociar com terceiros). É tempo também de ultrapassar os preconceitos ideológicos contra a Alca e o acordo com a União Européia e acelerar esses dois processos.



A seguir, a maneira como a Folha de São Paulo divulgou a ocupação de 2000 mulheres da Via Campesina da Aracruz Celulose, empresa que cria desertos verdes e acaba com o meio ambiente.

São Paulo, quinta-feira, 09 de março de 2006

## **CAMPO MINADO**

### **Cerca de 2.000 militantes da Via Campesina invadiram Aracruz em protesto pelo monocultivo de eucaliptos**

#### **Mulheres depredam fábrica de celulose no RS**

**LÉO GERCHMANN**

DA AGÊNCIA FOLHA, EM PORTO ALEGRE

Um grupo de 2.000 militantes da Via Campesina, na maioria mulheres, invadiu na manhã de ontem e danificou instalações do horto florestal da Aracruz Celulose, em Barra do Ribeiro (56 km de Porto Alegre). A depredação durou meia hora.

O objetivo, segundo manifesto divulgado pela entidade, era denunciar as "conseqüências sociais e ambientais do avanço da invasão do deserto verde criado pelo monocultivo de eucaliptos".

A ação foi liderada pelo Movimento das Mulheres Camponesas e procurou marcar, além da condenação ao que chama de "latifúndio verde", o Dia Internacional da Mulher.

Em outros sete Estados -AL, MA, MT, PA, PE, RO e SE- ocorreram caminhadas e atos públicos de mulheres trabalhadoras rurais.

De acordo com a gerência da fábrica da Aracruz, em Guaíba, a produção está comprometida. Laboratórios foram destruídos e pesquisas de até 20 anos, sobre cruzamentos genéticos e seleção de espécies, foram perdidas.

#### **Prejuízos**

O gerente da Aracruz em Guaíba, Renato Rostirola, reclamou dos prejuízos: "Foi atacada uma área onde havia mudas que já estavam prontas depois de um período de 120 dias. Isso compromete bastante nosso desenvolvimento em pesquisa. O laboratório, onde ficam nossas pesquisas, ficou comprometido porque foram misturados elementos". Ele não fez uma estimativa dos valores do prejuízo.

O viveiro florestal da Aracruz tem capacidade para a produção de 30 milhões de mudas de eucaliptos. Pelo menos 5 milhões de plantas foram destruídas. O plantio que abastece a fábrica da Aracruz em Guaíba (ao lado de Barra do Ribeiro) ficou comprometido pela falta de mudas. Os invasores chegaram ao local com taquaras (pedaços de bambu) e facas de mesa. Com as taquaras, romperam plásticos e telas das estufas, onde havia clonagens. Além do uso da terra para reforma agrária em vez do reflorestamento, os manifestantes utilizaram argumentos ambientalistas para justificar a ação.

### **"Desertos verdes"**

"Somos contra os desertos verdes, as enormes plantações de eucalipto, acácia e pinus para celulose, que cobrem milhares de hectares no Brasil e na América Latina", afirmaram as mulheres, em manifesto da Via Campesina, organização internacional da qual faz parte o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e outras entidades.

"Onde o deserto verde avança a biodiversidade é destruída, os solos deterioram, os rios secam, sem contar a enorme poluição gerada pelas fábricas de celulose que contaminam o ar, as águas e ameaçam a saúde humana", diz o texto.

"Não conseguimos entender como um governo que quer acabar com a fome patrocina o deserto verde em vez de investir na Reforma Agrária e na Agricultura Camponesa."

O manifesto do grupo lembra ainda o Dia Internacional da Mulher: ""Neste 8 de março, nos solidarizamos com as mulheres camponesas e com as trabalhadoras urbanas de todo o mundo, que sofrem com as várias formas de violência impostas por esta sociedade capitalista e patriarcal."

### **Rossetto condena**

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, representante das correntes de esquerda do PT no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, condenou a invasão, dizendo que ela "em nada contribui pela busca da reforma agrária".

Entidades empresariais do Rio Grande do Sul divulgaram nota para expressar repúdio à invasão. Segundo as entidades, "esses atos que afrontam a lei e agridem a democracia também destroem as oportunidades sociais e os empregos gerados por esses empreendimentos".

---

Também falamos no curso do editorial da Folha de São Paulo sobre este fato. Ele está reproduzido abaixo:

### **CANGAÇO REVOLUCIONÁRIO**

O alvo era a "sociedade capitalista e patriarcal". O pretexto, o Dia Internacional da Mulher. E os instrumentos, taquaras e facas de mesa. Em pouco mais de meia hora, cerca de 2.000 delinqüentes atuando em nome de uma certa Via Campesina -congregação internacional da qual faz parte o MST- destruíram 5 milhões de mudas de eucaliptos das instalações do horto florestal da Aracruz Celulose, no Rio Grande do Sul.

Poucas vezes se viu manifestação tão obtusa. Segundo panfleto divulgado pela entidade, o objetivo era denunciar as "conseqüências sociais e ambientais do avanço da invasão do deserto verde criado pelo monocultivo de eucaliptos". Para tanto, ativistas camufladas com lenços de bandoleiros destruíram laboratórios e pesquisas em curso havia mais de 20 anos sobre cruzamentos genéticos e seleção de espécies.

Esse delito coletivo traz consigo carradas de autoritarismo, atraso, sectarismo e intolerância dignos de uma ditadura albanesa. São exatamente esses os ideais "revolucionários" professados pelo movimento. Seus integrantes, como o folclórico José Bové, são fantoches a repetir os lugares-comuns da vulgata marxista.

"Somos contra as enormes plantações de eucalipto, acácia e pinus para celulose". A gratuidade de motivações salta à vista. O mesmo gênero de justiceiros indignados com eucaliptos costuma destruir lanchonetes de redes norte-americanas - que também são alvo de multidões simpáticas ao terrorismo islâmico no Paquistão, por exemplo.

Que as autoridades brasileiras - especialmente as do governo Lula que nutrem indisfarçável apreço por MST e congêneres - abandonem a atitude complacente ao lidar com essas quadrilhas travestidas de agentes da mudança. É com polícia e processo judicial que se "dialoga" com quem invade e destrói. Esse cangaço não tem nada a ver com reforma agrária.

---

No texto acima, a Folha de São Paulo tenta vulgarizar e desqualificar a atitude das mulheres da Via Campesina. Fala até da simpatia dessas por "terroristas" do Paquistão. Uma tentativa nojenta de jogar seus leitores contra o movimento.

Sobre esse ato das mulheres da via Campesina foram publicadas matérias em jornais de esquerda, que são claramente a favor dos movimentos de trabalhadores contra a ordem capitalista. Não são neutros também. Não há neutralidade em nenhum jornal ou revista. A matéria a seguir saiu no jornal **Brasil de Fato**, um jornal brasileiro de esquerda.

De 16 a 22 de março de 2006

### **A força feminina contra o deserto verde**

No Dia Internacional da Mulher, uma ação combativa em defesa da saúde humana e do ambiente.

*Christiane Campos  
de Porto Alegre (RS)*

As mulheres da Via Campesina alteraram a pauta de debates da 2ª Conferência Internacional de Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (CIRADR), em Porto Alegre, no dia

8. Com um ousado protesto, elas denunciaram que a reforma agrária não avança no Brasil e na maioria dos países pobres porque o agronegócio está se apropriando do campo e provocando impactos muito negativos tanto do ponto de vista socioeconômico quanto do ambiental. Para simbolizar essa situação, o alvo escolhido foi o chamado "deserto verde".

Na madrugada do dia 8, duas mil mulheres da Via Campesina dos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina ocuparam o horto florestal da Aracruz Celulose, em Barra do Ribeiro, a cerca de 80 km de Porto Alegre. Protegidas por um lenço lilás com a frase "não ao deserto verde", as mulheres chamaram atenção do mundo para as conseqüências do crescimento vertiginoso das plantações de acácia, pinus e principalmente de eucalipto, no sul do país.

O horto florestal da Aracruz é o maior viveiro de mudas de eucalipto da América Latina, com uma produção de dez milhões de mudas por ano. Em nota divulgada à imprensa, as mulheres da Via Campesina explicam por que decidiram combater as grandes florestas de eucalipto: "Onde existe o deserto verde a biodiversidade se destrói, os solos se degradam, os rios secam. Além disso, para fazer essas grandes plantações, as empresas se apropriam de enormes quantidades de terras impedindo a produção de alimentos. E o povo não come eucalipto. Sem contar a enorme poluição provocada pelas fábricas de celulose, que usam produtos químicos pesados, contaminando o ar, as águas, e ameaçando a saúde humana. Nos países ricos há fortes restrições para esse tipo de fábricas. Já no Brasil, especialmente aqui no RS, há total apoio dos governos federal e estadual".

### **CELULOSE AVANÇA**

No Rio Grande do Sul já existem cerca de 200 mil hectares plantados com madeira para celulose. Três empresas são donas dessas florestas homogêneas no Estado: a Aracruz Celulose, a Votorantim e a Stora Enso. A Aracruz tem uma fábrica no município de Guaíba, região metropolitana de Porto Alegre, e já anunciou a ampliação da indústria no Estado. As outras empresas também declararam que vão implantar fábricas em breve. E para viabilizar as fábricas as empresas alegam que precisam dobrar a área plantada no Estado. "Se o deserto verde (nome dado às monoculturas de eucalipto, destinadas normalmente às indústrias de papel e madeira. Provoca degradação ambiental, pois substitui a planta nativa por grandes áreas de eucalipto, destruindo a biodiversidade por onde avança) continuar crescendo, em breve vai faltar água para beber e terra para produzir alimentos. Não conseguimos entender como um governo que quer acabar com a fome patrocina o deserto verde em vez de investir na reforma agrária e na agricultura camponesa", afirmam as mulheres da Via Campesina. Segundo especialistas, um pé de eucalipto consome cerca de 30 litros de água por dia.

Além de todos os problemas ambientais, Irma Ostrowski, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), chama atenção para o fato de que o avanço do deserto verde se tornou um obstáculo para a reforma agrária no Rio Grande Sul. "Onde cresce o deserto verde a reforma agrária pára. No RS há cerca de 200 mil hectares cobertos com eucalipto, pinus e acácia. Se essas áreas do deserto verde gaúcho fossem destinadas para a reforma agrária daria para assentar dez mil famílias, com lote de 20 ha. Nos últimos três anos,

só o grupo Votorantim comprou 66 mil hectares no RS, área suficiente para assentar mais de três mil famílias. Mas nesse período só 220 famílias foram assentadas em novas áreas", afirma.

Após a ação na Aracruz, as mulheres seguiram para Porto Alegre, onde lideraram uma grande marcha rumo à conferência da FAO. Segundo a polícia, cerca de quatro mil pessoas percorreram cerca de 2 km por uma movimentada avenida, carregando uma cruz de eucalipto e três caixões com os nomes das três empresas que controlam o deserto verde no sul do país. "A Aracruz, a Votorantin e a Stora Enso estão provocando a morte em nosso país e nós defendemos a vida, por isso somos contra o deserto verde", disse Loiva Rubinick, do Movimento de Mulheres Camponesas.

## **RUMO À CONFERÊNCIA**

Na chegada à Pontifícia Universidade Católica (PUC), onde se realizava a Conferência, a Polícia Militar gaúcha deu uma demonstração do despreparo para lidar com manifestações populares. Em pleno Dia Internacional da Mulher, as mulheres foram vítimas de truculência. Conseguiram entrar no estacionamento da universidade, mas a tropa de choque impediu o acesso ao prédio da conferência.

Depois de muita confusão e negociações, as mulheres foram vitoriosas. Uma delegação de 60 mulheres da Via Campesina, entre elas sete indígenas de outros países da América Latina, entrou no prédio da conferência carregando galhos de eucalipto. As ativistas leram o manifesto para os representantes dos 80 países participantes, inclusive o ministro do Desenvolvimento Agrário Miguel Rossetto, representante do governo brasileiro.

Após a leitura do manifesto as mulheres da Via Campesina foram aplaudidas de pé pelos delegados da conferência e saíram ao som de palavras de ordem: "Reforma agrária, urgente e necessária", "Soberania sim, deserto verde, não!", "Globalizemos a luta, globalizemos a esperança!"

\*

\*

\*

Nesse mesmo Brasil de Fato uma matéria muito boa sobre a mídia burguesa do Brasil:

## **Mídia faz papel de polícia**

*Daniel Cassol*

*de Porto Alegre (RS)*

Episódio um: sexta-feira, dia 10. Integrantes da coordenação da Via Campesina Internacional concedem entrevista coletiva de imprensa para avaliar a Conferência da FAO sobre Reforma Agrária e expressar o apoio da organização à ação das mulheres na Aracruz, dois dias antes. Impaciente, o repórter da RBS TV telefona, possivelmente para a redação: "A coletiva já começou, quando a polícia vai chegar?" Instantes depois, dois policiais civis aparecem portando intimação para três dos cinco integrantes da Via Campesina. Paul Nicholson, Juana Ferrer e Henry Saragih foram convocados a prestar depoimento. A confusão se arma e o repórter cumpre a pauta combinada já na redação.

Episódio dois: madrugada de sábado para domingo, dia 12. Uma fita VHS gravada por um acampado do MST na Fazenda Guerra, em Coqueiros do Sul (RS), mostra cenas de tortura psicológica promovida pelo Batalhão de Operações Especiais (BOE) da Polícia Militar. Sirenes, gritos, motosserra ligada e fortes batidas em latas compõem a "trilha sonora" da "Rádio Companheirada", anunciada pelo policial, em deboche à forma como os militantes do MST se tratam. O tempo que a fita consegue gravar à noite - cerca de uma hora - é todo preenchido pelo barulho e pela ameaça dos PMs, que não deixam os quase dois mil sem-terra dormir. Ciente de que o povo está com fome, um dos policiais grita: "Troco dois pacotes de bolacha por aquela sem-terra loirinha". A manchete do jornal Zero Hora de segunda-feira, 13, não deixa nenhuma dúvida sobre como está a situação na região: "MST mantém ameaça à Fazenda Coqueiros".

Os dois episódios relatados acima mostram que a imprensa brasileira - em especial a do Rio Grande do Sul - não segue apenas criminalizando os movimentos sociais. Agora também cumpre o papel da polícia, ou age em parceria com ela. As poucas declarações que dirigentes da

Via Campesina concederam à imprensa após a ação na Aracruz já resultam em processos por incitação ao crime, entre outros. Falar com determinados veículos de imprensa, atualmente, é como prestar um interrogatório à polícia.

Neste momento, a linha montada pelos grandes meios de comunicação pode ser resumida assim: a ação na Aracruz faz parte de uma conspiração internacional contra o desenvolvimento e a democracia de países como o Brasil. Para inviabilizar novas ações das "quadrilhas travestidas de agentes da mudança", como afirmou o editorial da Folha de S. Paulo, a mídia ajuda a polícia e identifica participantes da ação, empresas de ônibus que levaram as manifestantes e buscam de todas as formas cortar relações institucionais dos movimentos com os governos.

Em paralelo a isso, a reação virulenta da mídia não chega a ser novidade. A Folha de S. Paulo, que não gosta de sujar as mãos, afirmou que "é com polícia e processo judicial que se 'dialoga' com quem invade e destrói". Apenas uma amostra de como os meios de comunicação do centro do país têm reagido à questão. O Globo e o Estado de São Paulo não deixam por menos.

No Rio Grande do Sul, os tradicionais órgãos da imprensa conservadora são a ponta de lança de uma ofensiva que revela um pacto entre empresários, governo e mídia. Ávida por prisões desde a ação da Via Campesina em uma distribuidora de leite, no ano passado, a imprensa pede que se apontem culpados, em páginas de notícias patrocinadas com as logomarcas da Aracruz.

---

## **A Escola**

Dentro das instituições escolares também há reprodução do ideal burguês. Na escola somos ensinados a nos comportar, a não contestar a sociedade desigual em que vivemos. Poucos professores conseguem desenvolver aulas críticas e contestatórias. Nas escolas prevalece a reprodução das idéias de uma sociedade injusta onde há exploração.

### **A Escola reproduz a sociedade capitalista**

Na rede escolar, orientações artísticas, psicológicas, científicas e filosóficas são formas de inculcar no aluno o espírito político dominante. Isso não ocorre apenas no discurso de ideólogos e educadores, mas também através da prática de exercícios onde a nota equivale ao salário – recompensa por um trabalho. O aparelho escolar contribui para a reprodução da força de trabalho quando tem um destino produtivo na transmissão das regras de conduta. Conhecendo as coisas através da aprendizagem, o aluno potencialmente é um transformador da natureza, contribuindo, assim, para a reprodução das condições materiais de produção. Ou seja, a escola forma a mão-de-obra que irá manter as coisas como estão aceitando como natural os atuais sistemas de produção, de consumo e de exploração do trabalhador.

O funcionamento do conjunto do aparelho escolar é definido na sua reprodução das relações sociais de produção. O professor não está a serviço de sua classe, mas do aparelho escolar. Se na relação com escolas há famílias providas e desprovidas é porque há duas classes. O aparelho escolar tem seu papel na reprodução das relações sociais de produção quando contribui para formar a força de trabalho (a “mão de-obra”), para inculcar a ideologia hegemônica, para reprodução material da divisão de classes e para manter as condições ideológicas das relações de dominação.

### **A Escola Burocratizada**

Atualmente a maior preocupação da educação é formar indivíduos cada vez mais adaptados ao seu local de trabalho, porém capacitados a modificar seu comportamento em função das mutações sociais. Não é interessante, pelo menos para os países desenvolvidos, a formação de operários embrutecidos, mas seres conscientes de sua responsabilidade na empresa e perante a sociedade global. Para isso constitui um sistema de ensino que se



apresenta com finalidades definidas e expressas. Para atingir estes objetivos – inseridos na lógica capitalista – pressupõe-se a existência de uma burocracia pedagógica. O papel fundamental do sistema burocrático é organização, planejamento e estímulo. Nesse sistema educacional os usuários não controlam a gestão dos fundos que dedicam à coletividade. Pode-se conceber o burocrata da educação separado dos meios de administração assim como o operário dos meios de produção.

A forma de recrutamento e de manutenção dos professores desenvolvem o conformismo. Colocam-se objetivos a eles: conformidade ao programa, obtenção da obediência e êxito nos exames. Há uma grande divisão do saber que visa uma acumulação mecânica de noções ou informações mal digeridas. Um exemplo de burocratização ocorre nos Estados Unidos onde existem associações de pais que controlam o programa de ensino: encontram nessa pressão uma forma de se evitar tendências desviantes do professor e críticas ao que está estabelecido.

Uma ambivalência em relação ao professor vale ser destacada: de um lado é desprezado como “servidor da comunidade”; de outro é criticado por não ter maior autoridade sobre os alunos. A população parece gostar de ver seus filhos enquadrados, condicionados.

O sistema de avaliação também é algo a ser condenável no ensino. A escola fundamenta-se na memorização do conhecimento, nada provando sobre a formação durável do indivíduo. Desenvolve-se uma pedagogia paranóica, longe do concreto. Por fim, atribui-se ao aluno toda a responsabilidade quando ele falha.

A burocratização desenvolve a despersonalização da relação entre funcionários de secretaria escolar – burocratas – e estudantes – público. O burocrata concentra-se em uma norma de impessoalidade e forma categorias abstratas, impessoais, fora do contexto da realidade dos alunos, do país e do entorno, criando conflitos com os estudantes, que buscam um tratamento mais pessoal, que refira-se a questões mais próximas de seus problemas. Todo esse sistema falho cria uma imagem através de conceitos abstratos que representam certo tom de competência: o culto da aparência tem um valor legitimado na estrutura burocrática. Uma estrutura hierárquica é mantida baseada em falsos preceitos: como um diretor severo, e bondoso, tratado como figura exemplar embora esteja participando de uma

lógica excludente onde o aluno não se forma criticamente. Assim, a ótica administrativa ganha mais importância que a pedagógica\*.

## **A Ciência**

A produção científica também serve aos grandes capitalistas. As inovações tecnológicas são compradas pelos burgueses.

Novas máquinas que aceleram a produção são apropriadas por donos das fábricas, bancos e latifúndios. Novos remédios são apropriados pelos donos de laboratório. Não se pensa em nenhum momento na maioria da população. Cientistas se vendem aos grandes capitalistas o tempo todo.

Abaixo temos dois textos que tratam deste tema. O primeiro trata do caso da Aracruz Celulose que já vimos no item *mídia*. Nesse caso diversos cientistas ajudavam grandes capitalistas a ganhar dinheiro às custas da miséria das pessoas e da degradação ambiental.

O segundo texto trata da Sars (Síndrome Respiratória Aguda Grave), doença que atingiu centenas de pessoas de alto padrão de vida, portanto os esforços dos cientistas foram rápidos para se achar a cura. Enquanto isso milhões de pessoas morrem na África de malária e ninguém se importa. Não se fala disso em jornais e revistas e a comunidade científica nada faz.

## **"Neutralidade" da ciência e silêncio comprometedor**

15/03/2006

*Por Mário Augusto Jakobskind*

O episódio da destruição de um laboratório da Aracruz Celulose no Rio Grande do Sul remete a uma série de discussões. No caso da mídia, mais uma vez prevalece o esquema do pensamento único: a empresa multinacional que está desertificando cerca de 250 mil hectares de terras no

---

\* Idéias extraídas do texto **A escola como organização complexa** do livro de Maurício Tragtermberg “*Sobre Educação, Política e Sindicalismo*”, São Paulo, Cortez Editora, 1990,

Rio Grande do Sul, no Espírito Santo e na Bahia conta com toda a ajuda do governo brasileiro, tendo até conseguido do BNDES 2 bilhões de reais para os seus projetos perniciosos ao meio ambiente e às comunidades locais com a plantação de eucaliptos. Ou seja, a empresa multinacional planta e o governo garante para produzir papel para o exterior, em detrimento de indígenas, quilombolas (negros descendentes de Escravos fugitivos que integravam os quilombos) e dos pequenos proprietários de terra. Esse fato a grande mídia conservadora omite, preferindo criminalizar o MST e a Via Campesina.

Quanto às pesquisas científicas, que estão na ordem do dia em função dos acontecimentos no Rio Grande do Sul, algumas perguntas não podem deixar de ser feitas:

Pesquisas científicas são neutras, não têm coloração ideológica? Os "laboratórios" da Aracruz destruídos estavam a serviço de quem? Da ciência, da comunidade ou da própria multinacional para desenvolver os seus projetos que, segundo os defensores do meio ambiente, entre estes o Greenpeace, comprovadamente afetam o meio ambiente?

Em passado recente, cientistas alemães também faziam pesquisas. Pergunta-se: eram projetos científicos "neutros"? Estavam a serviço de quem? Da comunidade, da ciência ou de um projeto racista que visava a eliminação de grupos étnicos e políticos como judeus, ciganos, homossexuais, comunistas etc? Doutor Josef Mengele era um médico que fazia os seus experimentos em laboratórios que tinham como cobaias seres humanos. Estava desenvolvendo a ciência, para satisfação dos eugenistas\*, que continuam em circulação. Recentemente houve até um vereador carioca, egresso da UDN, que defendia o projeto da "purificação da raça", conseguindo se eleger por várias legislaturas.

Pois bem, se eventualmente algum grupo de resistência destruísse laboratórios a serviço do III Reich, estariam impedindo o "progresso da ciência"? A "neutralidade" da ciência é algo no mínimo discutível e que deve servir de reflexão para parte do mundo acadêmico, que, geralmente, prefere não se colocar quando é questionado nesse sentido, por entender que "a ciência está acima de tudo".

### **Reputação em baixa**

A grande mídia conservadora, sobretudo os noticiários das TVs, apresentaram com grande estardalhaço o "atentado à ciência", mas simplesmente não entraram em detalhes sobre o tipo de pesquisas que estavam sendo feitas nos tais laboratórios, destinados a aprimorar os eucaliptos causadores de danos aos vizinhos das áreas onde se instalam.

Denúncias sobre o caráter nocivo dessas pesquisas estão sendo feitas há anos, mas não são levadas em conta, sequer noticiadas. Qualquer tipo de protesto contra a Aracruz Celulose é tratado de forma violenta pelos "defensores da lei e da ordem".

Por que será que a mídia conservadora não promove um debate sobre essa questão? Por que o silêncio em relação ao fato de a família real da Suécia ter vendido as ações da Aracruz

---

\* teoria que prega que há "raças" superiores a outras.

Celulose? Por que não informar que isso foi feito em função das notícias veiculadas no país escandinavo sobre o desrespeito aos direitos humanos e ao meio ambiente cometido pela empresa Aracruz Celulose em território brasileiro? Por que não se noticia que a Aracruz Celulose deu todo apoio a uma violenta desapropriação de terras onde se encontravam índios tupiniquins e guaranis feita pela Polícia Federal, no norte do Espírito Santo?

### **Protestos ignorados**

Por que a mídia conservadora não noticia, por exemplo, o que aconteceu em países da Ásia em função da plantação de eucaliptos? No Laos, no Camboja, na Tailândia e no Vietnã, segundo revelou há anos, quando passou pelo Brasil, o ambientalista Chores Lang, do World Rainforest Movement (Movimento Mundial pelo Reflorestamento), milhares de hectares de terras foram ocupados pelo eucalipto, não tendo havido apenas destruição ambiental, mas o esfacelamento de comunidades inteiras de agricultores. Houve reação por parte dos agricultores prejudicados, variando de país para país o grau de resistência, chegando em alguns casos à destruição dos eucaliptais pelos camponeses, para que, como disse Lang, "a mata nativa, fonte de alimentos, energia e biodiversidade, pudesse florescer".

Portanto, o que aconteceu no Rio Grande do Sul no Dia Internacional da Mulher tem precedentes em outras partes do mundo. Como sempre, o confronto geralmente se dá entre multinacionais predatórias e camponeses que defendem seus direitos esbulhados.

Por que a mídia conservadora quase não noticia a crise entre o Uruguai e a Argentina em função da instalação de uma fábrica da Aracruz Celulose no Departamento de Fray Bentos, na desembocadura do Rio Negro, vizinho da província argentina de Entre Rios? Os ambientalistas têm protestado e denunciado que os eucaliptos para a produção de papel são lesivos ao meio ambiente e, em função da proximidade com a Argentina, os danos também afetarão o país vizinho. O uso do cloro no processamento dos eucaliptos é ainda um agravante, pois afeta a fauna e a flora. O cloro é despejado no Rio Negro e vai para o rio Uruguai, posteriormente para o Rio da Prata. A mídia conservadora ignora que ambientalistas têm impedido, nas estradas argentinas da região, a passagem de veículos com produtos destinados ao Uruguai. Por que não se noticia também que esses protestos têm acirrado o sentimento "nacionalista" dos uruguaios e podem evoluir para fatos mais graves?

### **Posição firmada**

Por que a grande mídia conservadora praticamente silencia o fato de o presidente Nestor Kirchner ter pedido ao governo uruguaio moratória de três meses na instalação da fábrica para que uma comissão integrada por especialistas dos dois países dê um parecer definitivo sobre a questão? Por que a mídia conservadora omitiu o fato de o presidente uruguaio, Tabaré Vázquez, não ter aceitado a sugestão de Kirchner, mas acabou voltando atrás depois de se encontrar com o presidente argentino na posse da presidenta chilena Michele Bachelet? Por que a mídia conservadora não divulgou que um governo de esquerda, ou que se diz de esquerda, como o de Vázquez, estava defendendo com unhas e dentes a Aracruz Celulose sob o pretexto de que a fábrica em Fray Bentos cria empregos? Então, para um governo de esquerda, ou que se pretende de esquerda, empregos valem mais do que a preservação do meio ambiente? Será

que não estaria havendo uma contradição de um modelo de desenvolvimento econômico? Por que os ambientalistas não são ouvidos? Por que não discutir essa problemática?

Por que a mídia conservadora não questiona o resultado de uma pesquisa encomendada pelos grandes proprietários de terra ao Ibope mostrando que a opinião pública está contra as ocupações (que os editores chamam de invasões) e defende (53%) uma repressão policial pura e simples? Por que tanta exposição de uma pesquisa no mínimo questionável por ter sido encomendada por grandes proprietários de terras?

Por que os editores da mídia conservadora ignoram que as facilidades concedidas pelo BNDES, no governo de Fernando Henrique Cardoso, à Aracruz Celulose ocorreram em detrimento dos pequenos agricultores? Por que não ouvir a palavra de especialistas da matéria, que comprovam que a plantação de eucaliptos feita pela Aracruz Celulose em 30 anos tornará desertas as áreas cultivadas? Se há dúvidas nesse sentido, nada melhor do ouvir os dois lados. Mas a grande mídia conservadora já tem posição firmada e fechou questão em defesa dos laboratórios da Aracruz Celulose.

### **Absoluta e aplaudida**

Muitas outras questões poderiam ser refletidas pela mídia conservadora, se, claro, ela agisse fora do padrão do pensamento único, que envenena a opinião pública com "verdades" que, no caso em questão, só interessam aos grandes proprietários de terras.

O ódio dos articulistas da mídia conservadora e dos boquirrotos de extrema direita à Via Campesina, ao MST e demais grupos representativos do movimento social, manifestado em páginas de opinião da grande imprensa ou em sites na internet, não é de hoje e, portanto, não chega a surpreender. O que se lamenta é o comportamento cada vez mais do gênero partido político por parte da mídia conservadora.

Por estas e muitas outras questões que não foram mencionadas, o julgamento apriorístico em defesa da "ciência" e de condenação às "baderneiras" da Via Campesina deve ser questionado. Até porque se depois de tantas denúncias e alertas às autoridades nada fosse feito, a Aracruz Celulose estaria reinando absoluta e sendo aplaudida pela grande mídia conservadora pelas suas pesquisas "em favor do desenvolvimento da ciência".

*Por Mário Augusto Jakobskind é jornalista*

---

## Sars e Malária

Emir Sader

Algumas centenas de pessoas morreram, nestes últimos meses, vítimas da Síndrome Respiratória Aguda Grave (Sars), a pneumonia asiática, causando pânico e alerta mundial. Afinal, qualquer um de nós pode ser vítima, ao circular pelos aeroportos de Toronto ou de Hong Kong. A medicina prioriza as pesquisas e os laboratórios já salivam com a disposição de colocar no mercado remédios caros de prevenção, diante do pânico provocado e multiplicado todos os dias pela mídia.

No entanto, quase 3 mil pessoas (isso mesmo, três mil pessoas) morrem todos os dias (isso mesmo, dias) de malária na África, a grande maioria crianças. No total, um milhão de mortos por ano. Além de matar, deixa um número muito maior de pessoas afetadas por problemas causados pela doença. A malária mata dez vezes mais num dia do que a Sars matou até hoje.

Nenhum alarme ou pânico mundial é causado por esse massacre, nenhum laboratório se presta a fabricar remédios - até porque já existem diversos tipos - ou baixar os preços dos já existentes para enfrentar a doença. Afinal, são pobres, sem poder de compra, sem influência na mídia mundial, sem poder algum para gritar por suas necessidades elementares de sobrevivência.

Os remédios existem, até mesmo o DDT, que ajudou a erradicar a doença em vastas zonas da Ásia e da América Latina nas últimas décadas. Mas o tratamento custa caro para os níveis de renda da África. Um kit de remédio custa cinco dólares, mais ou menos o que um país africano médio gasta por pessoa, a cada ano, em saúde. A água mal tratada é um dos fatores essencial de propagação da doença, mas os gastos públicos têm diminuído sistematicamente, por acordos com o FMI assinados pelos governos da região, o que piorou as condições de saúde da população.

Ainda não existe uma vacina que previna a malária, mas ela seria facilmente produzida a partir dos conhecimentos que a medicina possui. A dificuldade vem da falta de incentivos do "mercado" para que os laboratórios privados se dediquem a isso. Nem se imagina que algum

pesquisador chegue a ganhar o Prêmio Nobel de Medicina por uma invenção dessas, quando estão dedicados a temas como a Sars, que afeta a clientes dos laboratórios, a personagens da mídia e a passageiros dos aeroportos vips do mundo.

Há carnes e carnes, vidas e vidas, de primeira e de segunda na economia mercantilizada. O conhecimento humano, produzido pela pesquisa na área pública, é privatizado para atender a busca de lucros dos laboratórios privados. O mundo está à venda, na lógica capitalista. Quem tiver dinheiro, que compre.

*Emir Sader, professor da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), é coordenador do Laboratório de Políticas Públicas da Uerj e autor, entre outros, de "Século XX - Uma biografia não autorizada" (Editora Fundação Perseu Abramo) e "Contraversões" (com Frei Betto, Editora Boitempo).*

---

## **Os movimentos populares e o Estado**

Durante o curso falamos sobre movimentos populares organizados que atuam contra o caráter burguês do Estado. No mundo e no Brasil existem muitos movimentos que contestam a exploração capitalista. Falamos de alguns apenas. Abaixo, um breve resumo de movimentos do Brasil.

### **MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra)**

Para falar sobre a trajetória do MST\* é preciso falar da história da concentração fundiária que marca o Brasil desde 1500. Poucas pessoas têm uma quantidade enorme de terras, enquanto a maioria não tem nada. Por conta disso, aconteceram diversas formas de resistência como os Quilombos, Canudos, as Ligas Camponesas, as lutas de Trombas e Formoso, a Guerrilha do Araguaia, entre muitas outras.

Em 1961, com a renúncia do então presidente Jânio Quadros, João Goulart - o Jango - assume o cargo com a proposta de mobilizar as massas trabalhadoras em torno das reformas de base. Essas reformas alterariam as relações econômicas e sociais no país. Uma reforma agrária parecia que ia acontecer.

Não é o que acontece. Com o golpe militar de 1964, as lutas populares sofrem violenta repressão. Nesse mesmo ano, o presidente-marechal Castelo Branco decretou a primeira Lei de Reforma Agrária no Brasil: o Estatuto da Terra. Elaborado com uma visão progressista com a proposta de mexer na estrutura fundiária do país, ele jamais foi implantado e se configurou como um instrumento estratégico para controlar as lutas sociais e desarticular os conflitos por terra. As poucas desapropriações serviram apenas para diminuir os conflitos ou realizar projetos de colonização, principalmente na região amazônica. De 1965 a 1981, foram realizadas 8 desapropriações em média, por ano, apesar de terem ocorrido pelo menos 70 conflitos por terra anualmente.

Nos anos da ditadura, apesar das organizações que representavam as trabalhadoras e trabalhadores rurais serem perseguidas, a luta pela terra continuou crescendo. Foi quando começaram a ser organizadas as primeiras ocupações de terra, não como um movimento organizado, mas sob influência principal da ala progressista da Igreja Católica, que resistia

---

\* Com informações do livro "A história da luta pela terra e o MST", Mitsue Morissawa, Editora Expressão Popular, 2001, retirado do site [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br).



à ditadura. Foi esse o contexto que levou ao surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975.

Nesse período, o Brasil vivia uma conjuntura de extremas lutas pela abertura política, pelo fim da ditadura e de mobilizações operárias nas cidades. Fruto desse contexto, em janeiro de 1984, ocorre o primeiro encontro do MST em Cascavel, no Paraná, onde se reafirmou a necessidade da ocupação como uma ferramenta legítima das trabalhadoras e trabalhadores rurais. A partir daí, começou-se a pensar um movimento com preocupação orgânica, com objetivos e linha política definidos.

Em 1985, em meio ao clima da campanha "Diretas Já", o MST realizou seu primeiro Congresso Nacional, em Curitiba, no Paraná, cuja palavra de ordem era: "Ocupação é a única solução". Neste mesmo ano, o governo de José Sarney aprova o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que tinha por objetivo dar aplicação rápida ao Estatuto da Terra e viabilizar a Reforma Agrária até o fim do mandato do presidente, assentando 1,4 milhão de famílias. Mais uma vez a proposta de Reforma Agrária ficou apenas no papel. O governo Sarney, modificado com os interesses do latifúndio, ao final de um mandato de 5 anos, assentou menos de 90 mil famílias sem-terra. Ou seja, apenas 6% das metas estabelecidas no PNRA foi cumprida por aquele governo.

Com a articulação para a Assembléia Constituinte, os ruralistas (latifundiários; que concentram a terra em suas mãos) se organizam na criação da União Democrática Ruralista (UDR) e atuam em três frentes: o braço armado - incentivando a violência no campo -, a bancada ruralista no parlamento e a mídia (revista Veja, rede Globo, SBT, Folha de São Paulo, entre outras) como aliada.

Os ruralistas conseguiram impor emendas na Constituição de 1988 ainda mais conservadoras que o Estatuto da Terra.

Porém, nessa Constituição os movimentos sociais tiveram uma importante conquista no que se refere ao direito à terra: os artigos 184 e 186. Eles fazem referência à função social da terra e determinam que, quando ela for violada, a terra seja desapropriada para fins de Reforma Agrária. Esse foi também um período em que o MST reafirmou sua autonomia, definiu seus símbolos, bandeira, hino. Assim (foram) se estruturaram os diversos setores dentro do Movimento.

A eleição de Fernando Collor de Melo para a presidência da República em 1989 representou um retrocesso na luta pela terra, já que ele era declaradamente contra a Reforma Agrária e tinha ruralistas como seus aliados de governo. Foram tempos de repressão contra os Sem Terra, despejos violentos, assassinatos e prisões arbitrárias. Em 1990, ocorreu o II Congresso do MST, em Brasília, e que continuou debatendo a organização interna, as ocupações e, principalmente, a expansão do Movimento em nível nacional. A palavra de ordem era: "Ocupar, resistir, produzir".

Em 1994, Fernando Henrique Cardoso vence as eleições com um projeto de governo neoliberal, principalmente para o campo. É o momento em que se prioriza novamente a agro-exportação. Ou seja, em vez de incentivar a produção de alimentos, a política agrícola está voltada para atender os interesses do mercado internacional e para gerar os dólares necessários para pagar os juros da dívida externa.

No ano seguinte, o MST realizou seu III Congresso Nacional, em Brasília. Cresce a consciência de que a Reforma Agrária é uma luta fundamental no campo, mas que se não for disputada na cidade nunca terá uma vitória efetiva. Por isso, a palavra de ordem foi "Reforma Agrária, uma luta de todos".

Já em 1997, o Movimento organizou a histórica "Marcha Nacional Por Emprego, Justiça e Reforma Agrária" com destino a Brasília, com data de chegada em 17 abril, um ano após o massacre de Eldorado dos Carajás, quando 21 Sem Terra foram brutalmente assassinados pela polícia no Pará.

Em agosto de 2000, o MST realiza seu IV Congresso Nacional, em Brasília, cuja palavra de ordem foi "Por um Brasil sem latifúndio" e que orienta as ações do movimento até hoje.

O Brasil sofreu 8 anos com o modelo econômico neoliberal implementado pelo governo FHC, que provocou graves danos para quem vive no meio rural, fazendo crescer a pobreza, a desigualdade, o êxodo, a falta de trabalho e de terra. A eleição de Lula, em 2001, representou a vitória do povo brasileiro e a derrota das elites e de seu projeto. Mas, mesmo essa vitória eleitoral não foi suficiente para gerar mudanças significativas na estrutura fundiária e no modelo agrícola. Assim, é necessário promover, cada vez mais, as lutas sociais para garantir a construção de um modelo de agricultura que priorize a produção de alimentos e a distribuição de renda.

No governo Lula também não houve a reforma agrária prometida. O MST continuou ocupando terras para pressionar o governo. Mantém certo diálogo com Lula, mas há indicação de que a paciência do movimento está se esgotando.

Hoje, completando 22 anos de existência, o MST entende que seu papel como movimento social é continuar organizando os pobres do campo, conscientizando-os de seus direitos e mobilizando-os para que lutem por mudanças. Nos 23 estados em que o Movimento atua, a luta não é só pela Reforma Agrária, mas pela construção de um projeto popular para o Brasil, baseado na justiça social e na dignidade humana.

### **MAB (Movimento dos Atingidos por Barragem)**

A luta dos atingidos por barragem também é uma luta por terra. A construção das barragens promovidas por grandes empresas capitalistas já desalojou milhares de pessoas. Grandes indústrias querem construir ainda muitas outras barragens. Elas servem aos interesses privados das empresas. Servem a construtoras e multinacionais.

O Movimento dos Atingidos por Barragem quer aglutinar força em torno da luta contra a barragem. Quer unir numa mesma luta os que já foram deslocados de suas moradias pela construção das barragens e os que estão sendo ameaçados. O MAB age nacionalmente e tem laços estreitos com o MST.

Quilombolas, ribeirinhos, indígenas e trabalhadores rurais compõem o movimento. A luta do MAB, assim como a do MST, vai além da luta contra a barragem. É uma luta por uma sociedade mais justa, sem explorados nem exploradores.

### **MPL (Movimento Passe Livre)**

O transporte coletivo no Brasil em quase todas as cidades está na mão de empresas privadas. Elas conseguem altos lucros anuais através da exploração dos trabalhadores, com passagens caríssimas e salários baixos a seus funcionários. Possuem forte influência no Estado: financiam campanhas e poucos políticos atuam contra seus interesses.

Há diversos movimentos que atuam contra essa exploração promovida pelas empresas privadas de ônibus. O principal é o MPL (Movimento Passe Livre). O MPL age nacionalmente e uma de suas bandeiras é a municipalização do transporte coletivo. Lutam para tirar da mão dos capitalistas o controle dos ônibus passando o controle para a

Prefeitura. Realizam manifestações pelas cidades. Fazem passeatas, promovem “pula catracas” e outras ações de intervenção urbana. Pensam que transporte não é mercadoria, por isso não se pode cobrar caro por ele. Acreditam que toda pessoa tem direito a transporte gratuito. Por isso lutam contra os capitalistas donos das empresas de transporte.

## **A Revolução Socialista e o fim do Estado**

Para **Lênin**, o desaparecimento do Estado se daria, primeiramente com a abolição do Estado burguês pelos trabalhadores. Formaria-se, então, um Estado dos trabalhadores (Estado proletário). Lênin dá grande importância para a tomada do poder estatal pelos revolucionários. Propõe a descentralização do poder político com um Estado unificador que instaure a ditadura dos trabalhadores. A Revolução Socialista preserva o Estado para manter algumas funções e caminha para o fim dele. O Fim do Estado também seria o fim das classes sociais e da propriedade privada. Para Lênin, a via pacífica de transformação não é viável. Lênin defende um ataque frontal ao Estado.

Para **Gramsci**, que faz sua análise na Europa Ocidental, e não na Oriental como Lênin, não é importante apenas alcançar o poder político, mas conquistar espaços e mentes na sociedade civil. Na Rússia da época de Lênin, o Estado concentrava muito poder, ao contrário da Europa ocidental, segundo Gramsci. Gramsci defende a ocupação paulatina de espaços na sociedade civil até alcançar o poder no Estado.

Para Lênin, a abolição do Estado proletário só é possível por uma transformação lenta, permanência de funções burocráticas, mas favorecendo os operários. Gramsci também concorda com a permanência do Estado após a revolução proletária e o uso da força contra a classe burguesa, mas pensa que o novo Estado deve buscar o consentimento, disseminando novas idéias na sociedade civil, até a sociedade poder se auto-gerir.

A teoria marxista – que Gramsci e Lênin são adeptos – prega o fim do Estado. O fim tanto do Estado burguês quanto do Estado dos trabalhadores. Com o fim completo da propriedade privada, as classes e a divisão de trabalho acabariam. O Estado se tornaria desnecessário.

---

**O Filme:**

**Venezuela Bolivariana. Povo e Luta na IV Guerra Mundial.**

**1 hora 17 minutos**

Este documentário de 76 minutos trata das revoltas populares na Venezuela e da chamada Revolução Bolivariana que está em curso no país. Mostra a conexão desta experiência com o movimento mundial antiglobalização.

O documentário mostra a evolução do movimento popular na Venezuela. Mostra o “Caracazo” de 1989, os círculos bolivarianos, a chegada de Hugo Chávez na presidência, o golpe da direita em 2002 – que contou com o apoio da grande mídia venezuelana e dos Estados Unidos – e as ações populares que fizeram com que Chávez voltasse ao poder 48 horas depois.

O documentário também mostra a ligação do que está em curso na Venezuela com movimentos de outros países.

Finalizamos o curso passando este documentário para mostrar diversas coisas. A ação da mídia burguesa, que inventou situações, deturpou, mentiu. A ação da polícia na repressão dos movimentos. E a força da população, que resistiu a diversas formas de covardia e se levantou contra o golpe.

\*\*\*\*\*

### **Bibliografia (Livros utilizados para a realização do curso)**

Engels, Fiedrich. A formação da Burguesia. IANNI, Octávio (org.) *Teorias de Estratificação Social*. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1972.

Gramsci, Antonio. “O Estado” in *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

Lênin, V. I. *O Estado e a Revolução*. Hucitec: São Paulo, 1987.

Malagodi, Edgard. *O que é materialismo dialético*. Brasiliense: São Paulo, 1988.

Marx, Karl & Engels, Friedrich. *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.

Marques, Eduardo César. *Notas Críticas à Literatura sobre Estado, Política Estatais e Atores Políticos* in BIB, n.43, 1º semestre de 1997.

Miliband, Ralph. *O Estado na Sociedade Capitalista*. RJ: Zahar, 1972.

Poulantzas, Nicos. “O Estado Capitalista. O Problema”. In Paulo Silveira (org). *Poulantzas*, Coleção Grandes Cientistas Sociais, Ática, São Paulo, 1984.

Saes, Décio. “Do Marx de 1843-1844 ao Marx das obras históricas: duas concepções distintas de Estado” in *Estado e Democracia: ensaios teóricos*. Coleção Trajetórias 1, IFCH, Unicamp, 1994.

Tragtenberg, Maurício, A escola como organização complexa. in *Sobre Educação, Política e Sindicalismo*, São Paulo, Cortez Editora, 1990.

Sites utilizados:

[www.brasil.gov.br](http://www.brasil.gov.br)

[www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)

[www.mabnacional.org.br](http://www.mabnacional.org.br)

Jornais e revistas consultados:

Folha de São Paulo

Brasil de Fato

Agência Carta Maior

Correio Caros Amigos

# ANEXOS



## **Um país de todos?**

*O Estado burguês tenta passar a idéia de que governa para todos e não para os burgueses. Quer fazer com que todas as pessoas se sintam ligadas entre si como membros de uma mesma nação, dizendo que todos são iguais perante o Estado, não mostrando o caráter classista do mesmo. Vimos no curso a apresentação do Brasil que há no site oficial do governo brasileiro\* e que reproduzimos abaixo:*

## **“O País**

### **Um país de todos**

A diversidade é a marca do Brasil. Em quinhentos anos de História, construiu-se uma nação formada por vários povos, dona de uma cultura variada e de um vasto território, atualmente dividida em 26 estados, um Distrito Federal e 5.563 municípios. Sendo uma democracia, o exercício do Poder é atribuído a órgãos distintos e independentes, cada qual com uma função, prevendo-se ainda um sistema de controle entre eles, de modo que nenhum possa agir em desacordo com as leis e a Constituição.

A geografia do País mostra uma forte concentração das atividades econômicas e da população sobre uma parcela menor do espaço brasileiro; fatores que influenciam na concentração da renda e da riqueza e na exclusão social. Interferir nesse cenário e construir um país de oportunidades iguais são os desafios que fundamentam o exercício da cidadania e as políticas públicas”.

## **“Participação Social**

### **Democracia e diálogo**

Há um empenho em promover a democratização da administração pública federal. A interlocução com todos os segmentos da sociedade civil e com os Estados e Municípios pauta a atuação do Governo e traduz um novo jeito de governar, que tem no diálogo a forma de equacionar, democraticamente, os conflitos e construir a união de todos os brasileiros.

Uma das tarefas que se colocam na ordem do dia é a consolidação de mecanismos de controle democrático das políticas públicas. Novos canais de participação social estimulam uma relação de co-responsabilidade entre o Estado e a sociedade, ao mesmo tempo em que conferem legitimidade às decisões e ações de governo. O propósito é avançar na democratização do Estado, abrindo espaço para uma participação social consciente e mobilizada, disposta a agir sobre a dinâmica política real, cotidianamente, em cada conjuntura”.

---

\* textos tirados do site oficial governo brasileiro: <http://www.brasil.gov.br/>

## **O poder Judiciário**

*Texto utilizado no curso para demonstrar a não-neutralidade do poder judiciário:*

### **Tão tirando uma na minha cara**

José Arbex Júnior

Dois momentos gloriosos do Tribunal de Justiça de São Paulo: no dia 15 de fevereiro, a egrégia instituição absolveu o coronel da reserva da Polícia Militar e deputado estadual Ubiratan Guimarães, comandante da invasão da Casa de Detenção do Carandiru, em outubro de 1992, quando foram chacinados 111 presos; alguns dias antes, a 6ª Câmara de Direito Privado do mesmo tribunal reformou uma decisão de primeira instância e absolveu a Editora Abril de pagar indenização, por danos morais, correspondente a duzentos salários mínimos, ao líder nacional do Movimento dos Sem Terra (MST) João Pedro Stedile. Os dois acontecimentos, aparentemente independentes, expressam a mesma relação de desprezo das elites para com os setores mais pobres da sociedade brasileira. Refletem a vocação segregacionista e excludente de um Estado montado para preservar a mais brutal desigualdade social do planeta. Atualizam a sempre presente ameaça do fascismo.

O primeiro caso, do coronel, é de longe o mais escandaloso. Em 2001, o 2º Tribunal do Júri condenou Guimarães a 632 anos de cadeia. À época, a sentença foi comemorada como um avanço da luta pelos direitos humanos no Brasil. Apesar disso, o coronel nunca foi preso: ganhou o benefício de recorrer da sentença em liberdade e, em 2002, eleito deputado estadual, passou a ter foro privilegiado. Além disso, nenhum outro policial envolvido na carnificina foi levado às barras do tribunal. Dos 22 desembargadores que julgaram o seu apelo, vinte votaram pela absolvição e apenas dois pela manutenção da pena. A alegação dos desembargadores faria o maior dos cínicos ruborizar como um colegial: a juíza Maria Cristina Cotrofe, responsável pela condenação, teria errado ao interpretar a vontade dos jurados da época, que, segundo eles, era a de absolver o coronel, por entender que ele havia agido dentro dos limites do “estrito cumprimento do dever”.

Claro que a juíza protestou e o Ministério Público se declarou disposto a levar o caso ao Superior Tribunal de Justiça. E daí? Treze anos após um dos piores massacres registrados no sistema penitenciário do planeta, os criminosos zombam, impunes, restando aos brasileiros de boa-fé apenas a alternativa de metabolizar um gosto amargo de indignação, impotência, frustração e

raiva. Sim, o caso vai ser levado à Organização dos Estados Americanos (OEA) e, sim, o Brasil será novamente condenado. E daí? Vamos de novo entupir as salas de cinema para, por meio da catarse, acalmar a consciência aviltada? Ou aguardaremos um próximo filme para contar a história de Dorothy Stang?

O segundo caso, envolvendo o MST, revela um grau de cinismo igualmente repugnante. Em 10 de maio de 2000, a “revista” *Veja* produziu uma “reportagem” intitulada *A Tática da Baderna*, em que compara o dirigente do MST ao fictício espião britânico James Bond (o agente 007). A “reportagem” traz um boxe em que uma fotomontagem mostra Stedile empunhando uma pistola, ao passo que o texto atribui ao MST uma imensa série de práticas criminosas, incluindo formação de quadrilha, corrupção de menores, lesão corporal, furto e cárcere privado. Stedile entrou com processo contra a editora, e obteve ganho de causa, em primeira instância, com sentença proferida pelo juiz Regis Rodrigues Bonvicino, da 2ª Vara Cível da Lapa (São Paulo). Como aconteceu no caso do Carandiru, a sentença foi comemorada como um avanço. Finalmente, pelo menos um veículo de comunicação de grande porte teria que aprender que há limites para tudo e que a Justiça não estaria mais disposta a tolerar novos episódios arbitrários como aquele que vitimou os proprietários da Escola Base. Triste ilusão.

A Editora Abril, representada pela advogada Vera Leitão, recorreu contra a decisão, sob o argumento de que eram notórios “os atos criminosos cometidos” pelo MST e que – pasmem! – “a reportagem tinha o objetivo de alertar as autoridades, razão pela qual não havia possibilidade de juntar provas de crimes que ainda não tinham sido apurados”, segundo informa o repórter Fernando Porfírio, da revista *Consultor Jurídico*. Não é simplesmente fantástico? A revista imputa a Stedile crimes “ainda não apurados”, e a advogada alega isso em sua defesa! Mas o mais extraordinário é que o argumento foi aceito pela relatora do processo, a mesma Maria Cristina Cotrofe do caso Carandiru (mera coincidência?). Afirmo a relatora: “Buscou a reportagem, com o relato dos fatos, de conhecimento público, esclarecer a sociedade e alertar os poderes constituídos das conseqüências nefastas acaso não se pusesse fim aos desmandos daquele movimento, e relaciona que a atuação do MST poderia ensejar a prática de tais tipos penais constantes do boxe”. Então tá.

São apenas dois casos. Há uma quantidade quase infinita de outros, alguns bem conhecidos, outros anônimos (por exemplo, a impunidade garantida até agora aos responsáveis pelo massacre de Eldorado dos Carajás, em 1996). Mais uma vez, não há como fugir à conclusão de que, neste país, em pleno início de século 21, o braço da Justiça atinge apenas a senzala. O povão – essa massa bruta de ignorantes, famintos, miseráveis, desempregados, “quase todos pretos de tão pobres” – não tem mesmo direito algum. E depois ainda se queixam, os ricos e a classe média que assinam o

panfleto da extrema direita, da “onda de violência”, do sucesso do narcotráfico, da desordem na “periferia”. Como poderia ser diferente, com tamanho festival de iniquidade?

A contrapartida é, por exemplo, o tremendo barulho feito pelos Tribunais de Justiça dos Estados contra a lei que proíbe o nepotismo. É inacreditável: juízes ergueram a voz para defender o direito de contratar parentes – de novo, em pleno início do século 21. Não dá para acreditar nisso. Não que a infâmia seja privilégio de apenas um dos poderes: os desmandos do Executivo e as palhaçadas diárias promovidas pelo Legislativo, especialmente no capítulo CPI, mostram que a briga pelo troféu é dura. Nisso, o Brasil é vanguarda.

A desmoralização das instituições anuncia um perigo mortal para a democracia. Produz o caldo de cultura ideal para o florescimento de alternativas de força, em geral prometidas por líderes messiânicos e autoritários. Em uma palavra: fascismo. No quadro da cultura política brasileira – em que a sociedade é dividida entre cidadãos “de bem” contra os “do mal”, como se verificou no plebiscito sobre posse de armas, sendo que os “do mal” podem ser sumariamente executados, como se verificou no Carandiru –, a ameaça fascista ganha contornos cada vez mais assustadores. Que o diga o entulho humano que infesta as prisões e a Febem.

---

**José Arbex Jr.** é jornalista.

*Entrevista dada pelo ex-governador de São Paulo Cláudio Lembo, do PFL, ao Jornal Folha de São Paulo, depois dos atentados do PCC:*

### **Burguesia terá de abrir a bolsa, diz Lembo**

MÔNICA BERGAMO  
COLUNISTA DA FOLHA

O governador de São Paulo, Cláudio Lembo, afirma que o problema de violência no Estado só será resolvido quando a "minorias branca" mudar sua mentalidade. "Nós temos uma burguesia muito má, uma minorias branca muito perversa", afirmou. "A bolsa da burguesia vai ter que ser aberta para poder sustentar a miséria social brasileira no sentido de haver mais empregos, mais educação, mais solidariedade, mais diálogo e reciprocidade de situações."

Lembo criticou o ex-governador Geraldo Alckmin, que disse que aceitaria ajuda federal contra as ações do PCC se ainda estivesse no cargo, e o ex-presidente FHC, que atacou negociação entre o Estado e a facção criminosa para o fim dos ataques. Leia abaixo os principais trechos da entrevista.

★

***Folha - Os jornais estão noticiando hoje [ontem] que houve uma matança em São Paulo na madrugada de terça. A polícia está sob controle ou está partindo para uma vingança?***

***Cláudio Lembo -*** A polícia está totalmente sob controle. Eu conversei muito longamente com o coronel Elizeu Eclair [comandante-geral da PM] e estou convicto de que ela está agindo dentro dos limites e com muita sobriedade. Todas as noites há confrontos nas ruas da cidade e esses conflitos foram exasperados nesses dias. Mas vingança, não. A polícia agiu para evitar o pior para a sociedade.

***Folha - Foram 93 mortes. Elas estão dentro dos limites? O senhor tem segurança que todos que morreram estavam em confronto?***

***Lembo -*** E o conflito que houve da cidade com a bandidagem? Foi violento. É possível que tenha havido tragédias, mas pelo que estou informado não houve nada que fosse além dos confrontos diretos.

***Folha - Só no IML (Instituto Médico Legal) estão 40 mortos e não se sabe nem o nome dessas pessoas.***

***Lembo -*** Os nomes vão ser revelados. Estamos resolvendo questões burocráticas, de identificação, mas vão ser revelados.

***Folha - Jornalistas da Folha entraram no IML e viram fotos de pessoas mortas com tiros na cabeça. Que garantia a sociedade tem de que não morreram inocentes e de que o Estado, por meio da polícia, não está executando essas pessoas?***

***Lembo -*** Não está, de maneira alguma. E digo a você: fui muito aconselhado a falar tolices como "aplique-se a lei do Talião". Fui totalmente contrário. Faremos tudo dentro da legalidade e do Estado de Direito.

***Folha - O senhor não se assusta com o número de mortos?***

***Lembo -*** Eu me assusto com toda a realidade social brasileira. Acho que tudo isso foi um grande alerta para o Brasil. A situação social e o câncer do crime é muito maior do que se imaginava. Este é o grande produto desses dias todos de conflito. Nós temos que começar a refletir sobre como resolver essa situação, que tem um componente social e um componente criminoso, ambos

gravíssimos. O crime organizado trabalha com a droga. A droga é um produto caro, consumido por grandes segmentos da sociedade. Enquanto houver consumidor de drogas, haverá crime organizado no tráfico. É assim aqui, na Itália, nos EUA, na Espanha. O crime se alimenta do consumidor de drogas.

**Folha - E da miséria...**

**Lembo** - Talvez no Brasil tenha esse componente também. O crime organizado destruiu valores. O Brasil está desintegrado. Temos que recompor a sociedade. A questão social é muito grave.

**Folha - O senhor é um homem público há tantos anos, está num partido, o PFL, que está no poder desde que, dizem, Cabral chegou ao Brasil.**

**Lembo** -Essa piada é minha.

**Folha - O que o senhor pode dizer para um jovem de 15 a 24 anos, que vive em ambientes violentos da periferia? Que ele vai ter escola? Saúde? Perspectivas de emprego? Como afastá-lo de organizações criminosas como o PCC?**

**Lembo** -Acho que você tem duas situações muito graves: a desintegração familiar que existe no Brasil, e a perda... Eu sou laico, é bom que fique claro para não dizerem que sou da Opus Dei. Mas falta qualquer regramento religioso. O Brasil está desintegrado e perdeu seus valores cívicos. É ridículo falar isso mas o Brasil só acredita na camisa da seleção, que é símbolo de vitória. É um país que só conheceu derrotas. Derrotas sociais...Nós temos uma burguesia muito má, uma minoria branca muito perversa.

**Folha - Que ficou assustada nos últimos dias.**

**Lembo** -É que deu entrevistas geniais para o seu jornal. Não há nada mais dramático do que as entrevistas da Folha [com socialites, artistas, empresários e celebridades] desta quarta-feira. Na sua linda casa, dizem que vão sair às ruas fazendo protesto. Vai fazer protesto nada! Vai é para o melhor restaurante cinco estrelas junto com outras figuras da política brasileira fazer o bom jantar.

**Folha - Tomar conhaque de R\$ 900 [preço de uma única dose do conhaque Henessy no restaurante Fasano].**

**Lembo** -Nossa burguesia devia é ficar quietinha e pensar muito no que ela fez para este país.

20/12/2006 - 11h25

## **Demitido, repórter acusa TV Globo de manipulação na cobertura eleitoral**

**Da Redação  
Em São Paulo**

Rodrigo Vianna, repórter-especial da TV Globo de 1995 até esta terça-feira, enviou ontem (19/12) a colegas uma carta em que acusa a "Globo" de manipulação em sua cobertura das eleições presidenciais. Vianna divulgou o texto após receber o aviso de que seu contrato não seria renovado.

No texto, o repórter afirma que a emissora atuou para prejudicar a campanha de Lula à reeleição. "Intervenção minuciosa em nossos textos, trocas de palavras a mando de chefes, entrevistas de candidatos (gravadas na rua) escolhidas a dedo (...) Isso não foi o pior", diz Vianna na carta. "Na reta final do primeiro turno, os 'aloprados do PT' aprontaram; e aloprados na chefia do jornalismo global botaram por terra anos de esforço para construir um novo tipo de trabalho aqui".

O jornalista diz também que a direção da emissora barrou reportagens e investigações que envolvessem o PSDB. "Os telespectadores da Globo nunca viram Serra e os tucanos entregando ambulâncias cercados pelos deputados sanguessugas. Era o que estava na tal fita do "dossiê". Outras TVs mostraram o vídeo, a internet mostrou. A Globo, não. Provava alguma coisa contra Serra? Não. Ele não era obrigado a saber das falcaturas de deputados do baixo clero. Mas, por que demos o gabinete de Freud pertinho de Lula, e não demos Serra com sanguessugas?"

De acordo com Vianna, alguns jornalistas da emissora questionaram as opções editoriais, mas não receberam respostas convincentes. Após as eleições, o repórter foi afastado da cobertura política e destacado para atuar nos jornais locais, apesar de, ao longo de sua trajetória na "Globo", ter produzido mais de duas dezenas de edições do "Globo Repórter". "Olhem no ar. Ouçam os comentaristas. As poucas vozes dissonantes sumiram. Franklin Martins foi afastado. Do Bom dia Brasil ao Jornal da Globo, temos um desfile de gente que está do mesmo lado", crítica.

Leia, abaixo, a íntegra da carta do jornalista:

### **Lealdade**

Quando cheguei à TV Globo, em 1995, eu tinha mais cabelo, mais esperança, e também mais ilusões. Perdi boa parte do primeiro e das últimas. A esperança diminuiu, mas sobrevive.

Esperança de fazer jornalismo que sirva pra transformar - ainda que de forma modesta e pontual. Infelizmente, está difícil continuar cumprindo esse compromisso aqui na Globo. Por isso, estou indo embora.

Quando entrei na TV Globo, os amigos, os antigos colegas de Faculdade, diziam: "você não vai agüentar nem um ano naquela TV que manipula eleições, fatos, cérebros". Agüentei doze anos. E vou dizer: costumava contar a meus amigos que na Globo fazíamos - sim - bom jornalismo. Havia, ao menos, um esforço nessa direção.

Na última década, em debates nas universidades, ou nas mesas de bar, a cada vez que me perguntavam sobre manipulação e controle político na Globo, eu costumava dizer: "olha, isso é coisa do passado; esse tempo ficou pra trás".

Isso não era só um discurso. Acompanhei de perto a chegada de Evandro Carlos de Andrade ao comando da TV, e a tentativa dele de profissionalizar nosso trabalho. Jornalismo comunitário, cobertura política - da qual participei de 98 a 2006. Matérias didáticas sobre o voto, sobre a democracia. Cobertura factual das eleições, debates. Pode parecer bobagem, mas tive orgulho de participar desse momento de virada no Jornalismo da Globo.

Parecia uma virada. Infelizmente, a cobertura das eleições de 2006 mostrou que eu havia me iludido. O que vivemos aqui entre setembro e outubro de 2006 não foi ficção. Aconteceu. Pode ser que algum chefe queira fazer abaixo-assinado para provar que não aconteceu. Mas, é ruim, hem!

Intervenção minuciosa em nossos textos, trocas de palavras a mando de chefes, entrevistas de candidatos (gravadas na rua) escolhidas a dedo, à distância, por um personagem quase mítico que paira sobre a Redação: "o fulano (e vocês sabem de quem estou falando) quer esse trecho; o fulano quer que mude essa palavra no texto".

Tudo isso aconteceu. E nem foi o pior.

Na reta final do primeiro turno, os "aloprados do PT" aprontaram; e aloprados na chefia do jornalismo global botaram por terra anos de esforço para construir um novo tipo de trabalho aqui.

Ao lado de um grupo de colegas, entrei na sala de nosso chefe em São Paulo, no dia 18 de setembro, para reclamar da cobertura e pedir equilíbrio nas matérias: "por que não vamos repercutir a matéria da "Istoé", mostrando que a gênese dos sanguessugas ocorreu sob os tucanos? Por que não vamos a Piracicaba, contar quem é Abel Pereira?"

Por que isso, por que aquilo... Nenhuma resposta convincente. E uma cobertura desastrosa. Será que acharam que ninguém ia perceber?

Quando, no JN, chamavam Gedimar e Valdebran de "petistas" e, ao mesmo tempo, falavam de Abel Pereira como empresário ligado a um ex-ministro do "governo anterior", acharam que ninguém ia achar estranho?

Faltando seis dias para o primeiro turno, o "petista" Humberto Costa foi indiciado pela PF. No caso dos vampiros. O fato foi parar em manchete no JN, e isso era normal. O anormal é que, no mesmo dia, esconderam o nome de Platão, ex-assessor do ministério na época de Serra/Barjas Negri. Os chefes sabiam da existência de Platão, pediram a produtores pra checar tudo sobre ele, mas preferiram não dar. Que jornalismo é esse, que poupa e defende Platão, mas detesta Freud! Deve haver uma explicação psicanalítica para jornalismo tão seletivo!

Ah, sim, Freud. Elio Gaspari chegou a pedir desculpas em nome dos jornalistas ao tal Freud Godoy. O cara pode ter muitos pecados. Mas, o que fizemos na véspera da eleição foi incrível: matéria mostrando as "suspeitas", e apontando o dedo para a sala onde ele trabalhava, bem próximo à sala do presidente... A mensagem era clara. Mas, quando a PF concluiu que não havia nada contra ele, o principal telejornal da Globo silenciou antes da eleição.

Não vi matérias mostrando as conexões de Platão com Serra, com os tucanos.

Também não vi (antes do primeiro turno) reportagens mostrando quem era Abel Pereira, quem era Barjas Negri, e quais eram as conexões deles com PSDB. Mas vi várias matérias ressaltando os personagens petistas do escândalo. E, vejam: ninguém na Redação queria poupar os petistas (eu cobri durante meses o caso Santo André; eram matérias desfavoráveis a Lula e ao PT, nunca achei que não devêssemos fazer; seria o fim da picada...).

O que pedíamos era isonomia. Durante duas semanas, às vésperas do primeiro turno, a Globo de São Paulo designou dois repórteres para acompanhar o caso dossiê: um em São Paulo, outro em Cuiabá. Mas, nada de Piracicaba, nada de Barjas.!

Um colega nosso chegou a produzir, de forma precária, por telefone (vejam, bem, por telefone! Uma TV como a Globo fazer reportagem por telefone), reportagem com perfil do Abel. Foi editada, gerada para o Rio. Nunca foi ao ar!

Os telespectadores da Globo nunca viram Serra e os tucanos entregando ambulâncias cercados pelos deputados sanguessugas. Era o que estava na tal fita do "dossiê". Outras TVs mostraram o vídeo, a internet mostrou. A Globo, não. Provava alguma coisa contra Serra? Não. Ele não era obrigado a saber das falcatuas de deputados do baixo clero. Mas, por que demos o gabinete de Freud pertinho de Lula, e não demos Serra com sanguessugas?

E o caso gravíssimo das perguntas para o Serra? Ouvi, de pelo menos 3 pessoas diretamente envolvidas com o SP-TV Segunda Edição, que as perguntas para o Serra, na entrevista ao vivo no jornal, às vésperas do primeiro turno, foram rigorosamente selecionadas. Aquele diretor (aquele, vocês sabem quem) teria mandado cortar todas as perguntas "desagradáveis". A equipe do jornal ficou atônita. Entrevistas com os outros candidatos tinham sido duras, feitas com liberdade. Com o Serra, teria havido, deliberadamente, a intenção de amaciar.

E isso era um segredo de polichinelo. Muita gente ouviu essa história pelos corredores...

E as fotos da grana dos aloprados? Tínhamos que publicar? Claro. Mas, porque não demos a história completa? Os colegas que estavam na PF naquele dia (15 de setembro), tinham a gravação, mostrando as circunstâncias em que o delegado vazara as fotos. Justiça seja feita: sei que eles (repórter e produtor) queriam dar a matéria completa - as fotos, e as circunstâncias do vazamento. Podiam até proteger a fonte, mas escancarando o que são os bastidores de uma campanha no Brasil. Isso seria fazer jornalismo, expor as entranhas do poder.

Mais uma vez, fomos seletivos: as fotos mostradas com estardalhaço. A fita do delegado, essa sumiu!

Aquele diretor, aquele que controla cada palavra dos textos de política, disse que só tomou conhecimento do conteúdo da fita no dia seguinte. Quer que a gente acredite?

Por que nunca mostraram o conteúdo da fita do delegado no JN?

O JN levou um furo, foi isso?



Um colega nosso, aqui da Globo ouviu a fita e botou no site pessoal dele... Mas, a Globo não pôs no ar... O portal "G-1" botou na íntegra a fita do delegado, dias depois de a "CartaCapital" ter dado o caso. Era notícia? Para o portal das Organizações Globo, era.

Por que o JN não deu no dia 29 de setembro? Levou um furo?

Não. Furada foi a cobertura da eleição. Infelizmente.

E, pra terminar, aquele episódio lamentável do abaixo-assinado, depois das matérias da "CartaCapital". Respeito os colegas que assinaram. Alguns assinaram por medo, outros por convicção. Mas, o fato é que foi um abaixo-assinado em defesa da Globo, apresentado por chefes! Pensem bem. Imaginem a seguinte hipótese: a revista "Quatro Rodas" dá matéria falando mal da suspensão de um carro da Volkswagen, acusando a empresa de deliberadamente não tomar conhecimento dos problemas. Aí, como resposta, os diretores da Volks têm a brilhante idéia de pedir aos metalúrgicos pra assinar um manifesto em defesa da empresa! O que vocês acham? Os metalúrgicos mandariam a direção da fábrica catar coquinho em Berlim!

Aqui, na Globo, muitos preferiram assinar. Por isso, talvez, tenhamos um metalúrgico na Presidência da República, enquanto os jornalistas ficaram falando sozinhos nessa eleição...

De resto, está difícil continuar fazendo jornalismo numa emissora que obriga repórteres a chamarem negros de "pretos e pardos". Vocês já viram isso no ar? Sinto vergonha...

A justificativa: IBGE (e, portanto, o Estado brasileiro) usa essa nomenclatura. Problema do IBGE. Eu me recuso a entrar nessa. Delegados de polícia (representantes do Estado) costumavam (até bem pouco tempo) tratar companheiras (mesmo em relações estáveis) como "concubinas" ou "amásias". Nunca usamos esses termos!

Árabes que chegaram ao Brasil no início do século passado eram chamados de "turcos" pelas autoridades (o passaporte era do Império Turco Otomano, por isso a nomenclatura). Por causa disso, jornalistas deviam chamar libaneses de turcos?

Daqui a pouco, a Globo vai pedir para que chamemos a Parada Gay de "Parada dos Pederastas". Francamente, não tenho mais estômago.

Mas, também, o que esperar de uma Redação que é dirigida por alguém que defende a cobertura feita pela Globo na época das Diretas?

Respeito a imensa maioria dos colegas que ficam aqui. Tenho certeza que vão continuar se esforçando pra fazer bom Jornalismo. Não será fácil a tarefa de vocês.

Olhem no ar. Ouçam os comentaristas. As poucas vozes dissonantes sumiram. Franklin Martins foi afastado. Do Bom dia Brasil ao JG, temos um desfile de gente que está do mesmo lado.

Mas sabem o que me deixou preocupado mesmo? O texto do João Roberto Marinho depois das eleições.

Ele comemorou a reação (dando a entender que foi absolutamente espontânea; será que disseram isso pra ele? Será que não contaram a ele do mal-estar na Redação de São Paulo?) de jornalistas em defesa da cobertura da Globo:

"(...)diante de calúnias e infâmias, reagem, não com dúvidas ou incertezas, mas com repúdio e indignação. Chamo isso de lealdade e confiança".

Entendi. Ele comemora que não haja dúvidas e incertezas... Faz sentido. Incerteza atrapalha fechamento de jornal. Incerteza e dúvida são palavras terríveis. Devem ser banidas. Como qualquer um que diga que há racismo - sim - no Brasil.

E vejam o vocabulário: "lealdade e confiança". Organizações ainda hoje bem populares na Itália costumam usar esse jargão da "lealdade".

Caro João, você talvez nem saiba direito quem eu sou.

Mas, gostaria de dizer a você que lealdade devemos ter com princípios, e com a sociedade. A Globo, infelizmente, não foi "leal" com o público. Nem com os jornalistas. Vai pagar o preço por isso. É saudável que pague. Em nome da democracia!

João, da família Marinho, disse mais no brilhante comunicado interno:

"Pude ter certeza absoluta de que os colaboradores da Rede Globo sabem que podem e devem discordar das decisões editoriais no trabalho cotidiano que levam à feitura de nossos telejornais, porque o bom jornalismo é sempre resultado de muitas cabeças pensando".

Caro João, em que planeta você vive? Várias cabeças? Nunca, nem na ditadura (dizem-me os companheiros mais antigos) tivemos na Globo um jornalismo tão centralizado, a tal ponto que os repórteres trabalham mais como bonecos de ventríloquos, especialmente na cobertura política! Cumpro agora um dever de lealdade: informo-lhe que, passadas as eleições, quem discordou da

linha editorial da casa foi posto na "geladeira". Foi lamentável, caro João. Você devia saber como anda o ânimo da Redação - especialmente em São Paulo.

Boa parte dos seus "colaboradores" (você, João, aprendeu direitinho o vocabulário ideológico dos consultores e tecnocratas - "colaboradores", essa é boa... Eu não sou colaborador, coisa nenhuma! Sou jornalista!) está triste e ressabiada com o que se passou.

Mas, isso tudo tem pouca importância.

Grave mesmo é a tela da Globo - no Jornalismo, especialmente - não refletir a diversidade social e política brasileira. Nos anos 90, houve um ensaio, um movimento em direção à pluralidade. Já abortado. Será que a opção é consciente?

Isso me lembra a Igreja Católica, que sob Ratzinger preferiu expurgar o braço progressista. Fez uma opção deliberada: preferiram ficar menores, porém mais coesos ideologicamente. Foi essa a opção de Ratzinger. Será essa a opção dos Marinho?

Depois, não sabem porque os protestantes crescem...

Eu, que não sou católico nem protestante, fico apenas preocupado por ver uma concessão pública ser usada dessa maneira!

Mas, essa é também uma carta de despedida, sentimental.

Por isso, peço licença pra falar de lembranças pessoais.

Foram quase doze anos de Globo.

Quando entrei na TV, em 95, lá na antiga sede da praça Marechal, havia a Toninha - nossa mendiga de estimação, debaixo do viaduto. Os berros que ela dava em frente à entrada da TV traziam uma dimensão humana ao ambiente, lembravam-nos da fragilidade de todos nós, de como nossa razão pode ser frágil.

Havia o João Paulada - o faz-tudo da Redação.

Havia a moça do cafezinho (feito no coador, e entregue em garrafas térmicas), a tia dos doces...

Era um ambiente mais caseiro, menos pomposo. Hoje, na hora de dizer tchau, sinto saudade de tudo aquilo.

Havia bares sujos, pessoas simples circulando em volta de todos nós - nas ruas, no Metrô, na padaria.

Todos, do apresentador ao contínuo, tinham que entrar a pé na Redação. Estacionamentos eram externos (não havia "vallet park", nem catraca eletrônica). A caminhada pelas calçadas do centro da cidade obrigava-nos a um salutar contato com a desigualdade brasileira.

Hoje, quando olho pra nossa Redação aqui na Berrini, tenho a impressão que estou numa agência de publicidade. Ambiente asséptico, higienizado. Confortável, é verdade. Mas triste, quase desumano.

Mas, há as pessoas. Essas valem a pena.

Pra quem conseguiu chegar até o fim dessa longa carta, preciso dizer duas coisas...

1) Sinto-me aliviado por ficar longe de determinados personagens, pretensiosos e arrogantes, que exigem "lealdade"; parecem "poderosos chefões" falando com seus seguidores... Se depender de mim, como aconteceu na eleição, vão ficar falando sozinhos.

2) Mas, de meus colegas, da imensa maioria, vou sentir saudades.

Saudades das equipes na rua - UPJs que foram professores; cinegrafistas que foram companheiros; esses sim (todos) leais ao Jornalismo.

Saudades dos editores - que tiveram paciência com esse repórter aflito e procuraram ser leais às minúcias factuais.

Saudades dos produtores e dos chefes de reportagem - acho que fui leal com as pautas de vocês e (bem menos) com os horários!

Saudades de cada companheiro do apoio e da técnica - sempre leais.

Saudades especialmente, das grandes matérias no Globo Repórter - com aquela equipe de mestres (no Rio e em São Paulo) que aos poucos vai se desmontando, sem lealdade nem respeito com quem fez história (mas há bravos resistentes ainda).

Bem, pelo tom um tanto ácido dessa carta pode não parecer. Mas levo muita coisa boa daqui.

Perdi cabelos e ilusões. Mas, não a esperança.

Um beijo a todos.

Rodrigo Vianna.

## **Desrespeito com o dinheiro público**

*Por Wilson Fernando Trevizam*

Autoridades do Poder Legislativo, Ministério Público e do Judiciário querem aproveitar este final de ano para incluir no Orçamento da União verbas que aumentam seus próprios salários. Refiro-me a reajustes de vencimentos e gratificações que, se forem concedidos, irão causar um rombo bilionário aos cofres públicos, mas por outro lado deixarão deputados, senadores e membros do Judiciário, que já tiveram reajuste em 2006, com os salários ainda mais polpidos. Todas essas despesas estão na contramão das necessidades do país, que precisa justamente cortar gastos desnecessários para, dentre outras coisas, prosseguir com os avanços na área social, objetivando uma melhor distribuição de renda.

Primeiramente, gostaria de citar o caso dos deputados federais e senadores. Nossos parlamentares estão querendo aprovar até dezembro um reajuste de mais de 90% em seus vencimentos, passando dos atuais 12.800 para 24.500 reais, com o objetivo de equiparar seus salários aos dos ministros do STF. Não estão somados nesses valores as verbas de gabinete e outros benefícios, como passagem aérea e gastos com combustível. Seguindo o mesmo caminho, a chefe do Judiciário, ministra Ellen Gracie, decidiu pedir ao Congresso Nacional uma remuneração maior para os membros do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), entidade responsável pela implantação do teto salarial do Judiciário. Acintosamente, a ministra veio aos meios de comunicação dizer que o tal conselho estava se reunindo muito, duas vezes por semana, e resolveu criar uma gratificação de aproximadamente cinco mil reais para compensar tanto esforço. Conclusão: o salário dos membros do Conselho Nacional de Justiça irá ultrapassar o teto que eles mesmos estabeleceram e passará de 24.500 para 30.098 reais. Como se não bastasse isso, o Conselho Nacional do Ministério Público, que também quer tirar uma lasquinha do dinheiro do povo, decidiu estudar a equiparação do teto salarial da categoria ao CNJ. Nem é preciso dizer que todos esses aumentos causarão um enorme efeito cascata em todos os tribunais, procuradorias e assembleias legislativas do país e causarão ainda mais estragos nos bolsos da população.

Há, ainda, dois projetos de lei já aprovados no Congresso Nacional (PLs nºs 5845 e 6469/2005) que concedem um reajuste de até 154% às funções de confiança do Poder Judiciário Federal e Ministério Público da União. Descontando o salário e eventuais incorporações, a gratificação de um assessor de juiz ou desembargador passará de 2.986 reais para 7.596 reais. No caso de um assessor não concursado, o referido cargo em comissão passará de 7.791 reais para 11.687 reais, desconsiderando também eventuais incorporações e adicionais. Incluindo todos os benefícios, os salários dos assessores de ministros de tribunais, procuradores, desembargadores e juízes poderão ficar acima de 25 mil reais. Vale ressaltar que metade dos cargos comissionados pode ser preenchida sem concurso público, incentivando o apadrinhamento político, o nepotismo, a corrupção e o assédio moral, bem como a desvalorização e desqualificação dos cargos efetivos. É importante frisar também que no Poder Judiciário já se gasta mais de 60% da sua folha de pagamento com cargos de confiança e a distribuição de tais verbas não leva em conta critérios objetivos e democráticos, apenas a indicação por parte de autoridades que muitas vezes as utilizam para cooptar e aliciar servidores.

É fácil comprovar, após a exposição desses fatos, que princípios da administração pública, como moralidade, eficiência e impessoalidade estão sendo totalmente desprezados justamente por quem deveria zelar pelo cumprimento das leis neste País. Não há como negar que autoridades do Judiciário, do Ministério Público e do Legislativo estão utilizando recursos públicos em benefício próprio. E o que é pior, muitos sindicatos e associações de classe ignoram ou relutam em combater esses absurdos e tentam muitas vezes tirar proveito da situação para também obter alguma vantagem, escancarando o corporativismo existente em diversas categorias do funcionalismo.

Para terminar, é muito importante que entidades como a OAB, a imprensa, além da sociedade civil organizada, comecem a denunciar e interferir no processo de elaboração dos orçamentos governamentais, apresentando propostas e projetos de lei para combater essas práticas nefastas do serviço público brasileiro. Ao mesmo tempo, cabe a nós, como cidadãos, cobrar das autoridades soluções para que o dinheiro de nossos impostos não seja utilizado de uma maneira tão mesquinha e imoral, pois bilhões de reais estão sendo gastos para manter privilégios injustificáveis, sabendo que esses recursos poderiam ser utilizados para fins mais nobres, como o atendimento das necessidades básicas da população mais carente deste País. Uma distribuição de renda mais justa se faz também com o uso correto das verbas públicas.

**Wilson Fernando Trevizam** é funcionário público federal.

## CONTRA-ATAQUE

### Reação da polícia à ação do PCC foge do controle

Nas últimas 36 horas, foram 55 mortes de “suspeitos” que entraram em “confronto” com a polícia. Moradores da periferia, no entanto, denunciam que policiais têm entrado encapuzados nos bairros, agredido e até executado inocentes.

Bia Barbosa – Carta Maior

SÃO PAULO – Aconteceu o esperado desde o início da onda de violência em São Paulo na noite da última sexta-feira (12). Diante da brutalidade dos ataques criminosos, a reação da polícia saiu do controle. Até a tarde desta quarta-feira (17), o número de suspeitos mortos era de 93. Somente nas últimas trinta e seis horas, foram 55 mortes. Dessas, 40 ainda não identificadas. A Secretaria de Segurança Pública do governo de São Paulo ainda não divulgou a relação dos nomes dos mortos identificados – alegando que isso pode prejudicar as investigações –, mas garantiu à imprensa que todos tinham algum tipo de ligação com o Primeiro Comando da Capital (PCC) ou estavam relacionados aos crimes dos últimos dias. O governo também não informou o local exato das mortes nos supostos confrontos com a polícia nem a situação que levou a este conflito.

Enquanto isso, começam a aparecer as primeiras denúncias de abuso do Estado na repressão ao crime. Cinco pessoas que reagiram à abordagem da polícia em São Mateus, bairro da Zona Leste da capital, nesta madrugada, foram mortas. Familiares de vítimas começam a procurar entidades defensoras dos direitos humanos para relatar assassinatos de inocentes. Segundo denúncia recebida pela reportagem da CARTA MAIOR, nos bairros de Parque Bristol e Jardim São Savério, policiais fortemente armados e com os rostos protegidos por capuzes, estariam circulando dentro de um Vectra preto. Na noite de domingo, quatro jovens que conversavam na porta de suas casas na região teriam sido mortos e duas jovens, apanhado de policiais durante o dia.

“Familiares de pessoas vitimadas nas últimas horas têm nos procurado, contando que o filho, que era trabalhador, que estava indo ou voltando do trabalho, foi vítima da ação da polícia. Já há a percepção de que a violência arbitrariamente está ocorrendo nas periferias. São informações diretas das pessoas que estão chegando até nós”, conta Oscar Vilhena, diretor executivo da Conectas Direitos Humanos.

Segundo reportagem publicada nesta quarta no jornal Folha de S. Paulo, o auxiliar de cozinha Francisco Antônio Moreira da Silva, sem passagens pela polícia, morreu com três tiros na cabeça, dois na perna esquerda e um na perna direita. Ele foi encontrado no domingo no Jardim Alfredo, na Zona Sul de São Paulo, com um amigo que teve passagem na polícia há dois anos. O BO diz apenas que a polícia encontrou duas vítimas na rua.

Ricardo Flauzino, de 22 anos, também foi executado na segunda, por seis homens

encapuzados que saíram de um veículo da Força Tática da PM, enquanto esperava a noiva no Jardim Filhos da Terra. Cerca de 300 moradores do bairro queimaram um ônibus durante o protesto pela morte do jovem e pela invasão da polícia à comunidade, que aconteceu logo depois da execução de Flauzino. A reportagem diz que uma vizinha contou que os policiais usavam máscaras quando tomaram as ruas do bairro.

“Por mais que saibamos que a polícia está traumatizada – e isso é natural – o que nos preocupa são algumas falas do comando das polícias. Um comandante disse, por exemplo, que “a caçada não termina agora”, que “temos que eliminar”. Se há uma reação natural da população, porque todos tiveram seus direitos violados e querem reagir, isso não pode ser aceito por parte do aparato do Estado, especialmente do Comando”, afirma Oscar Vilhena. “Caso embarquem nesse caminho, o Estado não vai se diferenciar dos criminosos. O que define o crime é a violação da lei, de um lado ou do outro. Esse tipo de retórica abre espaço para que os maus policiais comecem a agir por conta própria”, diz.

Outra preocupação das entidades de direitos humanos é que, no meio da crise, ocorram acertos de contas de situação não necessariamente relacionadas ao ocorrido nos últimos dias. E que a população civil, simplesmente por estar em local impróprio na hora imprópria, acabe sendo vítima da exacerbação da violência. Na noite desta terça, diversas organizações se reuniram na Assembléia Legislativa de São Paulo e decidiram que vão encaminhar à Ouvidoria Geral da Polícia de São Paulo a apuração das circunstâncias das mortes dos suspeitos.

## RÉDEA SOLTA

Pelo menos três chacinas também foram registradas na região da Grande São Paulo nas últimas 14 horas. Dez pessoas morreram. Na Zona Norte da cidade, um grupo de motoqueiros atirou contra pessoas em frente a um lava-rápido, assassinando três adolescentes. Segundo o governo, não há ligação das chacinas com a onda de violência provocada pelo PCC, e a razão dos crimes seria vinganças particulares por envolvimento com o tráfico de drogas.

As organizações da sociedade civil, no entanto, cobram uma sinalização clara do governador Cláudio Lembo de que o Estado não age de forma criminal, que respeita a lei e os direitos humanos.

“O governador disse isso repetidas vezes nos últimos dias. Mas agora precisa transformar isso em ordem, para que os comandos mudem sua retórica. Se o governo não quer ver o crescimento dessa espiral de violência descontrolada – que no futuro vai geral uma reação também descontrolada do outro lado –, tem que começar a puxar a rédea”, cobra Vilhena.

“O Ministério Público também deveria se manifestar. Num momento de crise, as autoridades que têm responsabilidade sobre o que está acontecendo na ponta precisam ser cobradas. É importante também que a Ouvidoria da Polícia peça as informações sobre cada um dos casos, que o MP seja convocado a supervisionar os

casos e, depois, a tomar as medidas legais se isso for confirmado. Antes de compreender o fenômeno, não é possível prescrever o remédio”, acredita o diretor da Conectas.

Nesta quarta-feira, o Centro de Justiça Global, outra grande organização nacional de defesa dos direitos humanos, divulgou nota pública em que se solidariza com os familiares dos agentes públicos e das vítimas dos ataques do PCC, e com a sociedade que se viu exposta a ônibus em chamas, ameaças e falhas em serviços públicos. A entidade, no entanto, acusa o governo do Estado de São Paulo pela resposta que está dando à crise de segurança.

“Os ataques ocorridos em São Paulo representam uma confluência entre a incompetência das autoridades do estado, do poder judiciário e da própria polícia, conjugada com a ação de um grupo criminoso organizado, que há muitos anos vem se articulando e se fortalecendo dentro e fora dos presídios”, diz o texto. “As autoridades de São Paulo foram incompetentes, ineficientes e, pior, negligentes. Para além da violência inaceitável do PCC. A omissão resultou em mais de cem mortes. E como resposta para a opinião pública, a polícia mais uma vez abre mão da investigação dos ataques criminosos e parte para a matança, com um forte componente de vingança pelas mortes de seus colegas”, acusa a organização, que afirma que o Estado poderia ter tomado providências já que sabia das ameaças de ataques à polícia e da série de rebeliões.

A nota segue: “Este é exatamente o comportamento que não podemos apoiar, a reação sem controle da polícia, causando ainda mais mortes e medo na população. A sociedade não se sentirá mais segura com a polícia matando 38 pessoas num mesmo dia, como fez ontem. Apesar do difícil momento que atravessa a sociedade brasileira, a Justiça Global chama a atenção das autoridades estaduais e federais sobre a necessidade de respostas à altura do problema, que não são em absoluto a caça desenfreada de "bandidos" e execução sumária de mais pessoas”.

A nota conclui afirmando que a crise da segurança pública em São Paulo não será resolvida sem que haja uma mudança estrutural, que priorize a geração de emprego e políticas sociais que apontem perspectivas reais para a juventude. Mudanças que deveriam estar associadas a uma outra concepção de política de segurança pública, baseada em investimentos urgentes e contínuos em inteligência policial; em investigações sérias e coordenadas entre as polícias, o ministério público e o poder judiciário; em medidas concretas para por fim à corrupção que atinge os poderes públicos.

“Exigimos do Estado um comportamento diferente da violência cruel do PCC. O Estado não deve e não pode ter a mesma postura criminosa e violenta, e atuar movido pelo sentimento de vingança, com dois pesos e duas medidas. Muito pelo contrário, o Estado tem a obrigação de agir com total respeito às leis, aos cidadãos e às instituições democráticas”, encerra.

Publicado na Revista *Possibilidades*, Núcleo de Pesquisa Marxista, Ano 2, num. 6, Out./Dez. de 2005.

*“Em qualquer sociedade assente sobre a exploração duma classe trabalhadora por uma classe dominante, se trava uma luta permanente, cuja razão é a divisão do produto total do trabalho, ou, noutros termos, o grau de exploração”.* **Anton Pannekoek**

O surgimento das classes sociais ocorre simultaneamente com o aparecimento do estado. Esta simultaneidade, entretanto, não deve nos confundir. A dominação e a exploração surgem juntas mas após o seu surgimento ambas buscam se autonomizar. É através deste processo que se produz a ilusão de que o estado é a fonte do poder. Buscaremos, aqui, explicar como o estado e as classes sociais surgem simultaneamente mas que se processa uma separação entre ambos e que tal separação produz a primazia das lutas de classes sobre o estado.

A fonte do poder é a alienação do trabalho produtivo. O trabalho produtivo é aquele que produz um excedente, ou seja, um rendimento superior ao necessário para a reprodução da força de trabalho. É a existência do trabalho produtivo que possibilita a exploração. É a partir do momento em que a sociedade passa a produzir um excedente é que se torna possível a exploração. Para esta se realizar, entretanto, é necessário surgir uma classe dirigente que executa a dominação no processo de trabalho e assim se apropria do que é produzido.

A instauração da escravidão significou, simultaneamente, a criação de uma classe senhorial (composta pelos senhores de escravos) e de uma classe de escravos e, ainda, do estado (Viana, 2005). A instauração da dominação no processo de trabalho ocorreu concomitantemente com o surgimento da dominação em todas as outras esferas da vida social. Ocorre, porém, que os primeiros senhores de escravos tinham que tomar conta não só do processo de produção como da sociedade em geral (controlar as demais classes sociais existentes, as divisões internas da classe dominante, as ameaças de invasões, etc.) e isto, juntamente com o crescimento populacional (Copans, 1988), provocou uma divisão do trabalho no interior da classe dominante. A partir deste momento a classe dominante passou a se dividir em classe senhorial (responsável pela dominação na produção) e a classe burocrática (responsável pela dominação nas outras esferas da vida social, que, quando necessário, intervém também na esfera da produção).

Isto produziu uma separação entre sociedade civil e estado, entre as classes sociais em luta na sociedade civil e o poder coletivo da classe dominante representado pelo estado que mantinha a ordem, ou seja, garantia a reprodução das relações de produção dominantes. Tal como colocou Engels:

*“O estado não é, pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro; tão pouco é ‘a realidade da idéia moral’, ou ‘a imagem e a realidade da razão’ como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição consigo mesma e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, torna-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da ‘ordem’. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela e distanciando-se cada vez mais é o estado”* (Engels, 1988, p. 225).

Desta forma, há não só uma divisão de funções no interior da classe dominante como se realiza uma separação cada vez maior entre estado e sociedade. Esta divisão e separação proporcionaram a supremacia da classe dominante sobre a burocracia e é isto que marca a subordinação (utilizando a palavra no seu sentido marxista, ou seja, significando que há uma relação entre dois termos no qual um é dependente do outro mas não se opõe a ele, pois segue a mesma lógica de desenvolvimento, só que de forma dependente e sempre a posteriori, embora haja contradição nesta relação) do estado em relação à sociedade.

Esta divisão criou a supremacia da classe senhorial sobre a burocracia, sendo que esta se tornou mera classe auxiliar daquela. A razão disto se encontra no fato de que a classe senhorial ao dirigir o processo de produção detinha o controle do excedente e, por conseguinte, controlava o estado. A classe senhorial passou a ser a única classe dominante e a burocracia passou a ser sua classe auxiliar. Sem dúvida, alguns indivíduos provenientes da classe senhorial executavam, ao mesmo tempo, a função de burocrata do estado, mas isto se trata de casos individuais e não de uma situação de classe e isto é comum em quase todos os modos de produção.

A burocracia estatal, por sua vez, se tornou uma classe social que executa trabalho improdutivo com o objetivo de reproduzir o modo de produção dominante. Em troca disso, a classe dominante, a maior beneficiada pela manutenção deste modo de produção, cede uma parte do excedente produzido pela classe produtora (e apropriado por ela) a esta classe auxiliar. Neste sentido, os rendimentos ou os meios de sobrevivência da burocracia, geralmente muito superiores ao da classe produtora, são retirados de uma parcela da exploração de classe ocorrida no processo de produção, embora a classe dominante reserve para si uma maior fatia do bolo. Em todas as sociedades, a burocracia fica com uma parte do excedente produzido pela classe produtora, mas não se trata de exploração direta, pois esta é feita pela classe dominante (que é a proprietária dos meios de produção) e sim uma “exploração indireta”. A exceção ocorre quando a burocracia é, ao mesmo tempo, a classe dominante.

Esta separação entre classe senhorial e burocracia estatal possibilitou a ilusão de que o estado é a fonte do poder. É o estado que possui a função de assegurar a permanência das relações de produção dominantes, ou seja, das relações entre a classe exploradora e explorada no processo de produção e também de todas as outras relações sociais derivadas daí, e, para que isto seja legítimo, ele possui o monopólio do uso da violência física e é apresentado como estando acima das classes sociais. Desta forma, o estado, através da repressão, entre outros meios, busca regularizar as relações de produção e as demais relações sociais.

Tal separação se aprofunda cada vez mais com o desenvolvimento e complexificação tanto do estado quanto da sociedade. A criação de diversas instituições estatais, o desenvolvimento da sociedade civil, o surgimento de novos segmentos sociais, entre outros fatores, são formas de se ampliar a esfera estatal e também da sociedade e isto expressa a tendência de um distanciamento cada vez maior entre estado e sociedade.

Além da repressão, o estado utiliza outros artifícios (que variam dependendo do modo de produção) para manter a ordem, tal como a ideologia, o direito, a intervenção da produção e distribuição (intervenção “econômica”, diriam alguns), etc. Mas é o uso da repressão, através da violência física e de outras formas, que fornece a impressão de que o estado é a fonte do poder.

Os elementos acima citados reforçam esta impressão. Mas o que se vê é que concomitantemente com a produção de instituições estatais que produzem uma descentralização aparente do poder ocorre uma centralização do poder no aparelho de estado. O estado realiza a centralização do poder



e, ao mesmo tempo, o dispersa pela sociedade. Neste sentido, o estado é, ao mesmo tempo, centralização e divisão do poder:

*“o estado é o centro de uma dupla delegação de poderes, da sociedade para o estado e do estado para postos ou regiões específicas. Estes dois processos vão a par, da mesma forma que a separação dos postos. O estado é também uma divisão do trabalho político e não apenas a sua centralização”* (Copans, 1988, p. 119).

O estado, ou seja, a instituição dirigida pela burocracia (estatal) visando a reprodução das relações de produção dominantes, recebe o direito/dever de controlar a sociedade. A classe dominante aceita como sendo legítima a sua existência, pois sabe que ele representa os seus interesses. Mas como a classe explorada aceita a existência desta instituição repressora que existe para reproduzir sua exploração e alienação (expandindo esta para além da esfera da produção)?

Sem dúvida, a repressão é um dos “fatores reais do poder” (para utilizar expressão lassaliana) do estado. O estado possui os meios de repressão (armas, pessoas especializadas, tais como guerreiros, soldados, etc., cujo nome varia de acordo com o modo de produção) e, sempre que é necessário, os utiliza.

Outro elemento importante para manter a ordem e impedir a destruição do estado e da exploração é a ideologia. Esta vem para justificar não só as relações de produção como também o estado. Na ideologia, este é apresentado como sendo “neutro” e acima das classes sociais. Além disso, sem o estado, afirma a ideologia, a convivência social seria impossível, pois o crime, o roubo, a guerra, etc., iriam dilacerar a sociedade. Assim, se justifica e legitima, ao mesmo tempo, o “monopólio do uso legítimo da força” (Weber, 1986). É claro que esta argumentação da dilaceração da sociedade por falta de uma instituição repressiva toma como base a sociedade existente, onde as contradições de classe e o conjunto de conflitos derivado delas, bem como a exploração e a pobreza, criam um alto índice de violência e “delinquência” (sendo que esta é definida pelas leis da referida sociedade que busca tornar regra as relações sociais existentes, tal como se vê, no capitalismo, no chamado “direito à propriedade”, que é o direito da burguesia se manter proprietária dos meios de produção e o proletariado se manter como não-proprietário.)

Em algumas sociedades, para reforçar a ideologia e legitimar o estado, surge um conjunto de regras formais chamado direito, que busca regularizar, numa série de leis, as relações sociais existentes.

Outros elementos colaboram com a permanência do estado como instituição repressora e, ao mesmo tempo, aceita pela sociedade, ou seja, “legítima”, tal como, por exemplo, o apoio da classe dominante. Porém, é a repressão e a ideologia (bem como sua difusão e popularização) que são os principais elementos que garantem a reprodução desta relação de dominação de classe chamada de estado. Em determinado modo de produção ou em certos momentos históricos deste, existe um predomínio da repressão sobre a ideologia ou o contrário. Mas apesar do predomínio de uma ou de outra, ambas coexistem. Elas não existem sem motivo. O que as tornam necessárias é a luta das classes exploradas, pois estas resistem sempre.

A fonte do poder não é o estado e sim o que lhe dá sustentação. É o modo de produção que é a fonte do poder. A dominação que a classe dominante exerce sobre o processo de produção, ou seja, sobre o processo de trabalho executado pela classe produtora, é que é a fonte do poder.

Isto ocorre pelo simples motivo de que a classe dominante ao dirigir o processo de produção controla os meios de sobrevivência disponíveis na sociedade e assim coloca todas as demais

classes sociais sob sua dependência. A única classe que poderia romper com isto é a classe produtora. Esta, porém, precisaria abolir não só as relações de produção como enfrentar a oposição das classes auxiliares da classe dominante, pois é esta que lhes garante os seus privilégios, entre as quais a burocracia estatal, ou seja, o próprio estado.

Quais são as razões disto? É a produção e reprodução da vida material que garante a sobrevivência de uma sociedade. Os seres humanos precisam comer, beber, vestir, etc., e para fazer isto precisam manter uma relação com natureza mediada pelo trabalho. Os meios de sobrevivência são adquiridos no processo de trabalho. O trabalho produtivo permite a produção de um excedente que poderá fornecer os meios de sobrevivência aos não-trabalhadores.

A classe dominante controla essa produção e daí extrai mais-trabalho da classe produtora e assim consegue os meios necessários para sua sobrevivência. Ocorre, porém, que a classe dominante precisa sustentar aqueles que irão controlar o estado e reprimir a resistência das demais classes sociais. Por isso, ela sustenta a classe improdutiva que se aquartela no estado, a burocracia. Esta, portanto, existe e se reproduz graças à classe dominante.

A burocracia estatal é dependente da classe dominante e existe para servir aos interesses dela. Sem dúvida, a burocracia estatal busca se autonomizar mas não ultrapassa certos limites. É por isso que o estado possui uma autonomia relativa. Esta autonomia relativa lhe permite, por exemplo, reprimir indivíduos e frações da classe dominante e isto reforça a aparência de autonomia e a ilusão de que ele é a fonte de poder. Paralelamente a isto, ele se legitima e passa a ser considerado “neutro”, “imparcial”, “público”, etc.

Acontece, contudo, que esta ação contrária a indivíduos e frações da classe dominante não é realizada contra o conjunto desta classe, pois, se fosse, significaria solapar o seu próprio meio de sustentação. É por isso que existe uma unidade de interesse entre o estado e a classe dominante mesmo quando esta não o dirige diretamente. A partir disto tudo se conclui que a fonte do poder se encontra na dominação sobre o processo de produção da vida material realizada pela classe dominante.

As teses que afirmam a existência de uma autonomia do estado e se esquecem que esta autonomia é relativa, possuem como principal problema a consideração de que o estado pode servir de ponto de partida para a transformação social. Toda concepção que aponta a conquista do estado como meio de transformação social (tal como o bolchevismo) é uma ideologia da burocracia, pois apenas há uma mudança no pessoal que é responsável pela direção do estado e que cumpre o papel de buscar reproduzir as relações de produção.

Na verdade, a burocracia aquartelada no estado não pode transformar o conjunto das relações sociais e muito menos as relações de produção. Para se fazer isto seria necessário o apoio de uma das duas classes fundamentais que se relacionam no processo de produção: a classe exploradora e a classe explorada. A burocracia estatal não participa das relações de produção e por isso não pode intervir diretamente nelas e desta forma a alteração das relações de produção está fora do seu controle.

Se é o modo de produção a fonte do poder, então o que adianta combater o estado? Podemos dizer que sem alterar as relações de produção de nada adianta conquistar o estado. Este não possui autonomia suficiente para alterar as relações de produção. Entretanto, nenhuma transformação social ocorrerá se se deixar intacto o poder coletivo da classe dominante, ou seja, o estado. Ele é, geralmente, o último obstáculo que todo movimento de transformação social tem que enfrentar para

concretizar-se. Mas não se trata de conquistá-lo e sim de destruí-lo, se o objetivo for abolir a sociedade de classes (Marx, 1986).

O modo de produção não só é a fonte do poder como cria um conjunto de relações sociais que lhes são idênticas. Estas relações sociais são formas de regularização tanto do modo de produção quanto de si mesmas. Neste contexto, todas as formas de dominação são derivadas e idênticas à dominação de classe no processo de produção. Desta forma, o modo de produção é a determinação fundamental da totalidade ao qual chamamos sociedade.

Historicamente, a criação da burocracia estatal, como classe auxiliar da classe dominante, é marcada por contradições específicas em cada modo de produção. No capitalismo, a classe dominante, a partir de um certo estágio de desenvolvimento deste modo de produção, cede o domínio do processo de trabalho à burocracia na indústria. Assim, surge a burocracia civil. Com a expansão da divisão social do trabalho e a criação de diversas instituições privadas (principalmente ligadas à democracia representativa, tal como os partidos políticos, entre outras) e estatais há uma burocratização das relações sociais e o surgimento da sociedade civil organizada, que possui a função de realizar uma mediação burocrática entre estado e sociedade (Viana, 2003).

Em outras palavras, com a expansão da divisão social do trabalho, surge um conjunto de instituições estatais e privadas que são dominadas pela burocracia, tal como partidos, igrejas, sindicatos, hospitais, escolas, etc., instituições burocráticas privadas formam a chamada sociedade civil organizada. Neste sentido, há uma burocratização crescente das relações sociais e a burocracia, enquanto classe social, se vê reforçada. Ocorre, porém, que ela é perpassada por suas divisões internas (*burocracia estatal x burocracia civil, burocracia do aparelho de estado x burocracia das instituições estatais, etc.*). Independentemente disto, a visão aparente que deriva daí é que é o estado o centro do poder e que é conquistando-o que se pode realizar a transformação social.

Desta forma, o poder se reproduz no conjunto das relações sociais. O poder surge na produção e se condensa no estado. Após isto ele se espalha para o conjunto da sociedade. Todas as instituições privadas e estatais se organizam de forma burocrática, estando submetidas às relações dirigentes-dirigidos que perpassa todas as suas camadas constitutivas, isto é, todas as suas instâncias.

Contudo, o que ocorre é que é no modo de produção que se produz o excedente que sustenta a classe dominante e o conjunto de trabalhadores improdutivos, tal como os burocratas, e é daí que surge a dominação. Neste caso, o que há é uma confusão que executa uma identificação da fonte do poder com a sua reprodução.

Podemos, para esclarecer esta questão, dizer que a fonte do poder é onde o poder surge, sendo que sua origem é, ao mesmo tempo, o seu fundamento. A re-produção do poder é onde este poder fundamental é novamente produzido seguindo a mesma lógica embora com algumas alterações devido a especificidade do local onde ocorre esta reprodução. Em suma, a fonte do poder é onde ele é produzido e a reprodução do poder é onde ele é re-produzido.

### **Referências Bibliográficas**

- COPANS, J. *A Antropologia Política*. in: COPANS, J. e outros. *Antropologia: Ciência das Sociedades Primitivas?* Lisboa. Edições 70. 1988.
- ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Lisboa, Presença, 1988.
- MARX, Karl. *A Guerra Civil na França*. São Paulo, Global, 1986.
- VIANA, N. *A Origem da Dominação*. Revista Possibilidades, ano 01, nº 04, Abr./Jun. de 2005.
- VIANA, Nildo. *Estado, Democracia e Cidadania*. Rio de Janeiro, Achiamé, 2003.
- WEBER, M. *Três Tipos de Dominação Legítima*. In: COHN, G. (org.). *Weber*. São Paulo, Ática, 1986.